

Demonstrativos Consolidados (Comparativos) e Notas Explicativas

Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria



CONSOLIDADO GERAL

Balço Patrimonial do Exercício 2016

em R\$

Ativo						Passivo					
ESPECIFICAÇÃO	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representatividade	ESPECIFICAÇÃO	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representatividade
ATIVO CIRCULANTE		8.331.791.389,96	10.253.744.869,33	-18,7%	8,3%	PASSIVO CIRCULANTE		13.014.060.791,15	9.387.195.205,81	38,6%	13,0%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	5.457.866.976,19	6.306.083.254,54	-13,5%	5,5%	OBRIGAÇÕES TRAB. PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO	10	1.824.191.213,57	55.554.827,09	3183,6%	1,8%
CRÉDITO A CURTO PRAZO		2.668.779.667,07	3.741.397.550,89	-28,7%	2,7%	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	11	2.043.188.206,24	1.909.573.878,59	7,0%	2,0%
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	2	-	38.115.493,49	-100,0%	0,0%	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	12	1.141.578.357,48	447.487.210,87	155,1%	1,1%
CLIENTES		161.334.211,33	160.020.264,04	0,8%	0,2%	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		30.987.038,54	45.342.612,65	-31,7%	0,0%
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	3	103.444.372,53	-	-	0,1%	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES		-	-	-	0,0%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		4.692.862,38	4.733.213,08	-0,9%	0,0%	PROVISÕES A CURTO PRAZO	13	115.839.000,00	1.098,91	10541163,6%	0,1%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		(49.906.744,42)	-	-	0,0%	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	14	7.858.276.975,32	6.929.235.577,70	13,4%	7,9%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS		553.524,38	483.490,07	14,5%	0,0%						
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		5.086.353,71	5.407.971,70	-5,9%	0,0%						
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	4	2.169.197.015,09	3.232.661.481,42	-32,9%	2,2%						
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	5	274.378.072,07	299.975.637,09	-8,5%	0,3%						
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		28.029.055,72	29.329.859,82	-4,4%	0,0%						
ESTOQUES		133.910.325,09	167.227.724,19	-19,9%	0,1%						
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	6	43.205.365,89	9.706.479,89	345,1%	0,0%						
ATIVO NÃO CIRCULANTE		91.667.222.980,34	109.284.281.656,18	-16,1%	91,7%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		159.242.584.886,25	180.333.441.913,76	-11,7%	159,2%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		61.803.871.566,89	81.387.715.866,19	-24,1%	61,8%	OBRIGAÇÕES TRAB. PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST. A PAGAR A LONGO PRAZO	10	12.364.233.779,62	11.899.290.342,92	3,9%	12,4%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		61.436.714.773,18	81.173.679.651,55	-24,3%	61,4%	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	11	28.745.301.471,65	74.041.990.774,87	-61,2%	28,7%
CLIENTES		134.925.186,26	54.496.284,53	147,6%	0,1%	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	12	4.276.690.608,50	52.412.373,55	8059,7%	4,3%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		54.224.262,63	83.451.908,97	-35,0%	0,1%	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		116.954.148,87	113.633.985,42	2,9%	0,1%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	7	86.044.304.678,12	71.470.364.246,17	20,4%	86,0%	PROVISÕES A LONGO PRAZO	13	114.709.507.457,29	89.840.124.583,03	27,7%	114,7%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	7	10.414.809.329,20	10.226.490.689,54	1,8%	10,4%	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	14	(970.102.579,68)	4.385.989.853,97	-122,1%	-1,0%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	7	(38.142.288.860,71)	(4.362.793.565,10)	774,3%	-38,1%	RESULTADO DIFERIDO		-	-	-	0,0%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		2.930.740.177,68	3.701.670.087,44	-20,8%	2,9%						
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO		10.454,27	9.078,94	15,1%	0,0%						
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		10.454,27	9.078,94	15,1%	0,0%						
ESTOQUES		367.146.339,44	214.027.135,70	71,5%	0,4%						
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE		-	-	-	0,0%						
INVESTIMENTOS		8.977.203.736,05	2.505.950.229,21	258,2%	9,0%						
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	8	2.813.023.732,55	2.384.028.154,94	18,0%	2,8%						
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		1.741.950.393,88	1.311.893.893,33	32,8%	1,7%						
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO		1.071.073.338,67	1.072.134.261,61	-0,1%	1,1%						
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO		69.949,47	532.845,41	-86,9%	0,0%						
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO		27.956.000,00	-	-	0,0%						
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES		6.136.154.054,03	121.389.228,86	4954,9%	6,1%						
IMOBILIZADO		20.834.581.295,19	25.330.247.158,75	-17,7%	20,8%						
BENS MÓVEIS		1.604.881.865,42	1.519.807.299,08	5,6%	1,6%						
BENS IMÓVEIS	9	19.229.699.429,77	23.810.439.859,67	-19,2%	19,2%						
INTANGÍVEL		51.566.382,21	60.368.402,03	-14,6%	0,1%						
SOFTWARES		51.566.142,71	60.368.162,53	-14,6%	0,1%						
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		239,50	239,50	0,0%	0,0%						
TOTAL		99.999.014.370,30	119.538.026.525,51	-16,3%	100,0%	TOTAL DO PASSIVO		172.256.645.677,40	189.720.637.119,57	-9,2%	172,3%
						PASSIVO A DESCOBERTO		(72.257.631.307,10)	(70.182.610.594,06)	3,0%	-72,3%
						PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		756.901.559,14	756.901.559,14	0,0%	0,8%
						ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		736.987.431,93	741.930.084,21	-0,7%	0,7%
						AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	0,0%
						DEMAIS RESERVAS		141.156.510,94	141.152.753,81	0,0%	0,1%
						RESULTADOS ACUMULADOS		(73.892.676.809,11)	(71.822.594.991,22)	2,9%	-73,9%
						RESULTADO DO EXERCÍCIO		(3.289.463.507,09)	(87.451.708.217,90)	-96,2%	-3,3%
						RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(71.822.594.991,22)	15.588.233.176,39	-560,7%	-71,8%
						AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.219.381.689,20	40.880.050,29	2882,8%	1,2%
						SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO		-	-	-	0,0%



CONSOLIDADO GERAL

Balço Patrimonial do Exercício 2016

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Ativo (I)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representa- tividade	Passivo (II)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representa- tividade
ATIVO FINANCEIRO		8.098.321.894,35	9.999.722.968,27	-19,0%	8,1%	PASSIVO FINANCEIRO		4.289.469.584,86	6.016.314.030,78	-28,7%	2,5%
ATIVO PERMANENTE		91.900.692.475,95	109.538.303.557,24	-16,1%	91,9%	PASSIVO PERMANENTE		169.386.555.779,12	186.904.296.491,15	-9,4%	97,5%
				-		Saldo Patrimonial (I - II)		(73.677.010.993,68)	(73.382.583.996,42)	0,4%	

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

Atos Potenciais Ativos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representa- tividade	Atos Potenciais Passivos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representa- tividade
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		2.137.364.158,62	2.458.783.583,63	-13,1%	12,2%	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		32.939.076.047,91	78.492.816.365,09	-58,0%	96,4%
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		-	-	-	0,0%	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		-	-	-	0,0%
DIREITOS CONTRATUAIS		-	-	-	0,0%	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		570.618.726,26	97.345.423,24	486,2%	1,7%
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		15.338.235.159,75	14.343.062.096,87	6,9%	87,8%	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		642.773.119,03	634.835.526,98	1,3%	1,9%
TOTAL		17.475.599.318,37	16.801.845.680,50	4,0%	100,0%	TOTAL		34.152.467.893,20	79.224.997.315,31	-56,9%	100,0%

Quadro do Superávit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Fontes de Recursos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição	Representa- tividade
ORDINÁRIA	15	1.299.902.174,53	1.550.628.766,42	-16,2%	34,1%
VINCULADA		2.508.950.134,96	2.432.780.171,07	3,1%	65,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		34.016.070,72	30.388.973,95	11,9%	0,9%
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS		291.110.669,36	(137.310.150,40)	-312,0%	7,6%
TRANSFERÊNCIA ESTADUAIS		151.304.773,74	48.196.332,86	213,9%	4,0%
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO		55.382.642,57	90.260.323,78	-38,6%	1,5%
OUTRAS FONTES		281.064.521,86	265.411.090,76	5,9%	7,4%
RECEITA CONDICIONADA		-	-	-	0,0%
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO		1.696.071.456,71	2.135.833.600,12	-20,6%	44,5%
TOTAL:		3.808.852.309,49	3.983.408.937,49	-4,4%	100,0%



CONSOLIDADO GERAL
Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2016

em R\$

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		138.844.616.536,62	83.308.421.749,32	66,7%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		23.377.317.391,79	22.330.177.001,23	4,7%
IMPOSTOS	1	23.077.590.177,36	22.020.671.705,83	4,8%
TAXAS		299.727.214,43	309.505.295,40	-3,2%
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		-	-	-
CONTRIBUIÇÕES		3.729.282.352,82	3.265.193.445,77	14,2%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2	3.193.317.879,44	2.951.720.836,34	8,2%
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		-	-	-
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		535.964.473,38	313.472.609,43	71,0%
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		-	-	-
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		744.000.488,95	1.149.430.915,22	-35,3%
VENDA DE MERCADORIAS		59.634.392,06	58.681.012,54	1,6%
VENDA DE PRODUTOS		-	-	-
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		684.366.096,89	1.090.749.902,68	-37,3%
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		2.120.484.194,78	2.355.838.850,47	-10,0%
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		-	-	-
JUROS E ENCARGOS DE MORA		451.665.250,41	468.337.773,88	-3,6%
VARIações MONETÁRIAS E CAMBIAIS		390.764.704,30	129.562.804,81	201,6%
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		-	-	-
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3	1.233.541.089,30	1.739.319.507,31	-29,1%
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		44.513.150,77	18.618.764,47	139,1%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		25.097.685.600,04	23.589.101.429,33	6,4%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4	8.719.901.553,10	7.827.510.540,98	11,4%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5	16.351.920.071,57	15.720.076.669,82	4,0%
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		224.577,44	1.188.667,55	-81,1%
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		-	-	-
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		22.534.035,84	40.325.550,98	-44,1%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		3.105.362,09	-	-
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		51.110.196.182,32	4.134.495.099,43	1136,2%
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		-	1.867.948.377,35	-100,0%
GANHOS COM ALIENAÇÃO		-	-	-
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		1.013.302.912,48	1.063.141.817,82	-4,7%
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	6	50.096.893.269,84	1.203.404.904,26	4062,9%
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		-	-	-
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7	32.665.650.325,92	26.484.185.007,87	23,3%
VARIação PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		98.494.858,60	91.417.069,79	7,7%
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		190.258.003,78	20.674.476,80	820,3%
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		2.329.341.499,39	13.823.618.514,67	-83,1%
DIVERSAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		30.047.555.964,15	12.548.474.946,61	139,5%



CONSOLIDADO GERAL

Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2015

em R\$

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		142.134.080.043,69	170.760.129.967,22	-16,8%
PESSOAL E ENCARGOS				
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	8	11.730.620.528,54	10.821.094.049,53	8,4%
ENCARGOS PATRONAIS		2.068.183.379,82	1.941.139.650,42	6,5%
BENEFÍCIOS A PESSOAL		825.993.059,46	776.756.283,78	6,3%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		21.993.657,86	19.300.357,85	14,0%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		7.232.292.221,06	6.386.282.312,30	13,2%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	9	6.301.294.137,59	5.505.378.621,29	14,5%
PENSÕES		722.603.626,95	682.557.695,19	5,9%
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		-	-	-
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		-	-	-
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		203.645.673,54	194.168.985,56	4,9%
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		4.748.782,98	4.177.010,26	13,7%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		14.774.239.983,45	13.595.722.364,92	8,7%
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		1.308.195.723,16	1.417.754.189,53	-7,7%
SERVIÇOS	10	13.445.533.878,88	12.168.009.571,17	10,5%
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		20.510.381,41	9.958.604,22	106,0%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		8.378.269.646,23	14.932.255.054,67	-43,9%
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	11	2.248.856.777,31	6.245.009.757,42	-64,0%
JUROS E ENCARGOS DE MORA		8.564.051,90	1.422.189,43	502,2%
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	12	6.120.848.817,02	8.685.823.107,82	-29,5%
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		-	-	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		17.725.364.065,23	15.315.437.502,22	15,7%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13	8.639.141.246,41	7.711.022.138,86	12,0%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14	4.602.574.447,00	3.960.909.355,28	16,2%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	15	4.483.546.878,53	3.643.476.080,08	23,1%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		101.493,29	29.928,00	239,1%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		-	-	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		-	-	-
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		39.546.973.602,44	5.341.584.126,93	640,4%
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	16	35.535.717.837,82	688.241.023,29	5063,3%
PERDAS COM ALIENAÇÃO		1.217.816,80	2.782.752,74	-56,2%
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		34.422.648,17	22.876.546,50	50,5%
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		3.034.917.377,79	4.358.219.597,66	-30,4%
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		940.697.921,86	269.464.206,74	249,1%
TRIBUTÁRIAS		503.791.519,83	437.841.395,01	15,1%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		3.321.816,27	99.936,54	3223,9%
CONTRIBUIÇÕES		500.469.703,56	437.741.458,47	14,3%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		17.606.278,85	23.166.218,93	-24,0%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		17.606.278,85	23.166.218,93	-24,0%
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		-	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	-	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		39.308.752.100,92	101.169.550.650,66	-61,1%
PREMIAÇÕES		8.690.542,95	4.696.309,46	85,1%
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		6.146.948,33	1.826.001.897,95	-99,7%
INCENTIVOS		137.010,16	174.924,72	-21,7%
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		-	-	-
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		-	-	-
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		431.318.172,72	478.247.458,14	-9,8%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		38.862.459.426,76	98.860.430.060,39	-60,7%
Resultado Patrimonial do Período		(3.289.463.528,00)	(87.451.708.217,90)	-96,2%



CONSOLIDADO GERAL

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido do Exercício 2016

em R\$

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Patrimônio Social/Capital Social	Adiantamento p/ futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais		756.901.559,14	741.930.084,21	-	-	-	141.152.753,81	(71.822.594.991,22)	-	(70.182.610.594,06)
Ajustes Ex. Anterior		-	-	-	-	-	-	1.219.381.689,20	-	1.219.381.689,20
Aumento Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Exercício		-	(4.942.652,28)	-	-	-	-	(3.289.463.507,09)	-	(3.294.406.159,37)
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	3.757,13	-	-	3.757,13
Saldos Finais	1	756.901.559,14	736.987.431,93	-	-	-	141.156.510,94	(73.892.676.809,11)	-	(72.257.631.307,10)



CONSOLIDADO GERAL

Balanço Financeiro do Exercício 2016

em R\$

INGRESSOS					DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	1	47.527.063.233,37	48.102.298.491,74	-1%	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)		49.422.518.911,62	47.047.574.684,99	5%
ORDINÁRIA		37.626.961.986,56	38.058.474.649,88	-1%	ORDINÁRIA		38.926.806.090,96	36.291.004.621,41	7%
TESOURO MUNICIPAL		34.211.407.226,53	34.810.980.451,11	-2%	TESOURO MUNICIPAL		35.539.718.886,55	33.155.836.081,43	7%
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		3.357.173.518,07	3.121.098.869,74	8%	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		3.349.809.828,63	3.115.680.566,57	8%
RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE VINCULADA		58.381.241,96	126.395.329,03	-54%	RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE VINCULADA		37.277.375,78	19.487.973,41	91%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2	9.900.101.246,81	10.043.823.841,86	-1%	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2	10.495.712.820,66	10.756.570.063,58	-2%
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS		70.659.025,81	19.565.817,39	261%	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS		78.215.703,95	31.167.483,90	151%
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS		3.202.109.900,29	3.026.062.115,64	6%	TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS		3.072.661.327,50	3.328.964.670,91	-8%
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO		559.824.272,34	452.589.533,84	24%	FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO		478.578.544,89	434.052.243,78	10%
OUTRAS FONTES		3.474.580.981,19	3.350.410.853,04	4%	OUTRAS FONTES		3.509.458.662,40	3.303.452.762,99	6%
RECEITA CONDICIONADA		45.449.150,79	85.075.331,47	-47%	RECEITA CONDICIONADA		47.888.619,33	90.782.071,11	-47%
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO		2.547.477.916,39	3.110.120.190,48	-18%	TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO		3.308.909.962,59	3.568.150.830,89	-7%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	3	8.617.408.067,20	7.704.908.248,07	12%	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	3	8.621.173.072,97	7.703.782.747,72	12%
PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		4.821.243.073,88	4.464.921.792,50	8%	PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		8.588.750.428,35	7.688.289.782,53	12%
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		28.659.785,78	16.618.465,54	72%	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		32.422.644,62	15.492.965,19	109%
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		3.767.505.207,54	3.223.367.990,03	17%	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	4	-	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		-	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		-	-	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		48.148.895.056,85	51.565.201.803,96	-7%	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)		48.162.655.921,61	49.792.604.552,60	-3%
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	5	1.424.960.098,85	2.820.473.048,54	-49%	PAGAMENTOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	5	1.620.236.525,97	1.132.824.006,57	43%
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		248.176.570,14	289.285.780,99	-14%	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		283.778.474,67	206.546.805,00	37%
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		4.857.339.804,83	8.710.813.199,40	-44%	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		4.591.227.994,34	8.640.913.640,31	-47%
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		41.618.418.583,03	39.744.629.775,03	5%	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		41.667.412.926,63	39.812.320.100,72	5%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		9.568.074.595,78	6.739.628.037,32	42%	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)		7.655.093.047,00	9.568.074.595,78	-20%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.306.083.254,54	4.903.421.908,64	29%	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6	5.457.866.976,19	6.306.083.254,54	-13%
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		3.232.661.481,42	1.836.206.128,68	76%	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		2.169.197.015,09	3.232.661.481,42	-33%
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		29.329.859,82	-	-	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		28.029.055,72	29.329.859,82	-4%
Total (V) = (I+II+III+IV)		113.861.440.953,20	114.112.036.581,09	-0,22%	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)		113.861.440.953,20	114.112.036.581,09	0%



CONSOLIDADO GERAL

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício 2016

em R\$

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		3.112.065.279,01	6.527.884.045,01	-52,33%
INGRESSOS		103.667.770.382,91	102.925.631.078,27	0,72%
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		32.562.903.509,58	33.469.341.254,01	-2,71%
RECEITA TRIBUTÁRIA		23.377.317.391,79	22.330.177.001,23	4,69%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		3.729.282.352,82	3.265.193.445,77	14,21%
RECEITA PATRIMONIAL		1.468.769.544,28	2.305.669.538,73	-36,30%
RECEITA AGROPECUÁRIA		-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL		-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		547.455.805,71	564.709.267,30	-3,06%
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		3.440.078.414,98	5.003.592.000,98	-31,25%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		22.186.181.934,34	20.963.266.593,67	5,83%
INTERGOVERNAMENTAIS		10.079.543.892,69	9.857.432.277,91	2,25%
DA UNIÃO		2.637.403.072,23	2.399.456.757,26	9,92%
DE ESTADOS E DISTRITO FEDERAL		7.442.140.820,46	7.457.975.520,65	-0,21%
DE MUNICÍPIOS		-	-	-
INTRAGOVERNAMENTAIS		8.620.513.429,29	7.706.746.248,07	11,86%
OUTRAS TRANSFÊRENCIAS CORRENTES RECEBIDAS		3.486.124.612,36	3.399.088.067,69	2,56%
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		48.918.684.938,99	48.493.023.230,59	0,88%
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1	48.918.684.938,99	48.493.023.230,59	0,88%
DESEMBOLSOS		100.555.705.103,90	96.397.747.033,26	4,31%
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS		43.178.331.166,51	38.649.934.013,56	11,72%
LEGISLATIVA		705.231.769,54	665.468.920,11	5,98%
JUDICIÁRIA		198.888.894,92	192.360.196,94	3,39%
ADMINISTRAÇÃO		694.793.484,76	702.676.070,70	-1,12%
DEFESA NACIONAL		323.069,77	431.391,93	-25,11%
SEGURANÇA PÚBLICA		510.249.007,94	444.177.044,38	14,88%
RELAÇÕES EXTERIORES		546.418,94	24.528,00	2127,74%
ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.183.198.454,73	1.112.006.541,96	6,40%
PREVIDÊNCIA SOCIAL		9.325.834.930,46	8.321.099.184,19	12,07%
SAÚDE		9.430.542.791,50	8.382.984.367,87	12,50%
TRABALHO		91.131.603,44	110.566.012,75	-17,58%
EDUCAÇÃO		10.086.311.555,82	9.249.350.393,97	9,05%
CULTURA		564.557.813,08	449.352.345,02	25,64%
DIREITOS DA CIDADANIA		94.011.510,67	83.003.070,99	13,26%
URBANISMO		4.030.856.019,87	3.731.089.425,76	8,03%
HABITAÇÃO		340.073.431,41	283.050.489,36	20,15%
SANEAMENTO		177.917.965,72	164.460.643,43	8,18%
GESTÃO AMBIENTAL		243.642.955,85	238.524.119,62	2,15%
AGRICULTURA		-	-	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS		2.529.738,20	3.283.798,38	-22,96%
COMUNICAÇÕES		125.507.513,52	141.464.496,32	-11,28%
ENERGIA		-	-	-
TRANSPORTE		4.006.162.807,33	3.312.513.409,73	20,94%
DESPORTO E LAZER		213.567.613,57	191.263.053,22	11,66%
ENCARGOS ESPECIAIS		1.152.451.815,47	870.784.508,93	32,35%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		1.150.246.269,03	1.580.121.307,14	-27,21%
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA		1.124.358.017,05	1.560.245.285,61	-27,94%
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA EXTERNA		20.229.989,15	15.143.376,12	33,59%
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA		5.658.262,83	4.732.645,41	19,56%
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		8.621.173.072,97	7.703.782.747,72	11,91%
INTRAGOVERNAMENTAIS		8.621.173.072,97	7.703.782.747,72	11,91%
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		47.605.954.595,39	48.463.908.964,84	-1,77%
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1	47.605.954.595,39	48.463.908.964,84	-1,77%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(2.913.875.678,67)	(2.759.323.030,77)	5,60%
INGRESSOS		481.195.225,76	651.179.040,10	-26,10%
ALIENAÇÃO DE BENS		9.517.812,38	80.815.558,89	-88,22%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		20.852.757,62	18.603.492,34	12,09%
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTO	2	450.824.655,76	551.759.988,87	-18,29%
DESEMBOLSOS		3.395.070.904,43	3.410.502.070,87	-0,45%
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	2	3.395.070.904,43	3.410.502.070,87	-0,45%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		(1.046.405.878,69)	(940.114.455,78)	11,31%
INGRESSOS		914.190.630,89	723.419.852,03	26,37%
OPERACÕES DE CRÉDITO		69.310.730,36	19.285.779,71	259,39%
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS		844.879.900,53	704.134.072,32	19,99%
DESEMBOLSOS		1.960.596.509,58	1.663.534.307,81	17,86%
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		-	-	-
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS	3	1.960.596.509,58	1.663.534.307,81	17,86%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		(848.216.278,35)	2.828.446.558,46	-129,99%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4	6.306.083.254,54	6.739.628.037,32	-6,43%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		5.457.866.976,19	9.568.074.595,78	-42,96%

O Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Inicial foi ajustado em 2016 para melhor adequação à Instrução de Procedimento Contábil - IPC nº 08 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN



CONSOLIDADO GERAL
Balço Orçamentário do Exercício 2016

em R\$

Receitas Orçamentárias	Notas	Exercício Atual			Exercício Anterior			Variação
		Previsão	Realização	Saldo	Previsão	Realização	Saldo	
RECEITAS CORRENTES (I)		46.194.126.551,00	46.131.677.376,72	(62.449.174,28)	44.302.158.153,00	46.712.130.922,95	2.409.972.769,95	-1%
RECEITA TRIBUTÁRIA		23.307.700.314,00	23.377.317.391,79	69.617.077,79	22.640.371.490,00	22.330.177.001,23	(310.194.488,77)	5%
IMPOSTOS		23.035.250.584,00	23.077.590.177,36	42.339.593,36	22.322.270.885,00	22.020.671.705,83	(301.599.179,17)	5%
TAXAS		272.449.730,00	299.727.214,43	27.277.484,43	318.100.605,00	309.505.295,40	(8.595.309,60)	-3%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		3.714.395.943,00	3.729.282.352,82	14.886.409,82	3.057.427.781,00	3.265.193.445,77	207.765.664,77	14%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		3.183.598.202,00	3.193.317.879,44	9.719.677,44	2.767.823.193,00	2.951.720.836,34	183.897.643,34	8%
CONTRIBUIÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		530.797.741,00	535.964.473,38	5.166.732,38	289.604.588,00	313.472.609,43	23.868.021,43	71%
RECEITA PATRIMONIAL		995.945.760,00	1.468.769.544,28	472.823.784,28	844.379.001,00	2.305.669.538,73	1.461.290.537,73	-36%
RECEITAS IMOBILIÁRIAS		4.676.625,00	4.887.978,62	211.353,62	3.824.354,00	4.596.599,81	772.235,81	6%
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		837.633.523,00	1.278.565.956,95	440.932.433,95	716.683.223,00	1.739.579.467,89	1.022.896.244,89	-27%
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		93.252.938,00	163.107.439,64	69.854.501,64	89.839.424,00	91.426.463,49	1.587.039,49	78%
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		56.382.674,00	8.261.729,56	(48.120.944,44)	-	-	-	-
RECEITAS DECORRENTE DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BENS PÚBLICOS EM		-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DA CESSÃO DE DIREITOS		-	-	-	30.000.000,00	464.000.000,00	434.000.000,00	-100%
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		4.000.000,00	13.946.439,51	9.946.439,51	4.032.000,00	6.067.017,54	2.035.017,54	130%
RECEITA AGROPECUÁRIA		-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL		-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		542.861.977,00	547.455.805,71	4.593.828,71	502.004.329,00	564.709.267,30	62.704.938,30	-3%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		14.834.796.263,00	13.568.773.867,14	(1.266.022.395,86)	14.684.383.603,00	13.258.358.345,60	(1.426.025.257,40)	2%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		14.647.954.027,00	13.531.060.962,96	(1.116.893.064,04)	14.405.959.972,00	13.188.255.317,37	(1.217.704.654,63)	3%
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		108.000.000,00	22.534.035,74	(85.465.964,26)	100.000.000,00	40.325.550,67	(59.674.449,33)	-44%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		78.842.236,00	15.178.868,44	(63.663.367,56)	178.423.631,00	29.777.477,56	(148.646.153,44)	-49%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.798.426.294,00	3.440.078.414,98	641.652.120,98	2.573.591.949,00	4.988.023.324,32	2.414.431.375,32	-31%
MULTAS E JUROS DE MORA		1.469.099.737,00	1.979.911.268,29	510.811.531,29	1.341.848.914,00	1.545.052.897,34	203.203.983,34	28%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		161.937.873,00	128.300.816,44	(33.637.056,56)	141.270.459,00	88.017.417,17	(53.253.041,83)	46%
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		286.429.089,00	769.199.888,48	482.770.799,48	329.526.407,00	1.289.936.813,66	960.410.406,66	-40%
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PARA ATUARIAL DO		-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		880.959.595,00	562.666.441,77	(318.293.153,23)	760.946.169,00	2.065.016.196,15	1.304.070.027,15	-73%
RECEITA DE CAPITAL (II)		8.123.240.586,00	1.395.385.856,65	(6.727.854.729,35)	7.091.589.968,00	1.390.167.568,79	(5.701.422.399,21)	0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		101.980.200,00	69.310.730,36	(32.669.469,64)	80.610.513,00	19.285.779,71	(61.324.733,29)	259%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		101.980.200,00	69.310.730,36	(32.669.469,64)	80.610.513,00	19.285.779,71	(61.324.733,29)	259%
ALIENAÇÃO DE BENS		763.086.311,00	9.517.812,38	(753.568.498,62)	923.903.223,00	80.815.558,89	(843.087.664,11)	-88%
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		701.065.000,00	1.318.594,72	(699.746.405,28)	860.030.000,00	201.859,28	(859.828.140,72)	553%
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		62.021.311,00	8.199.217,66	(53.822.093,34)	63.873.223,00	80.613.699,61	16.740.476,61	-90%
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		105.994.768,00	20.852.757,62	(85.142.010,38)	19.375.832,00	18.603.492,34	(772.339,66)	12%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.982.798.421,00	844.879.900,53	(3.137.918.520,47)	4.867.946.922,00	704.134.072,32	(4.163.812.849,68)	20%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.843.097.046,00	326.102.829,81	(1.516.994.216,19)	2.291.999.752,00	340.954.644,97	(1.951.045.107,03)	-4%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		2.139.701.375,00	518.777.070,72	(1.620.924.304,28)	2.575.947.170,00	363.179.427,35	(2.212.767.742,65)	43%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		3.169.380.886,00	450.824.655,76	(2.718.556.230,24)	1.199.753.478,00	567.328.665,53	(632.424.812,47)	-21%
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL		-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL DIVERSAS		3.169.380.886,00	450.824.655,76	(2.718.556.230,24)	1.199.753.478,00	567.328.665,53	(632.424.812,47)	-21%
RECURSOS ARRECADADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)		89.933.210,00	-	(89.933.210,00)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	1	54.407.300.347,00	47.527.063.233,37	(6.880.237.113,63)	51.393.748.121,00	48.102.298.491,74	(3.291.449.629,26)	-1%
REFINANCIAMENTO (V)		-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		54.407.300.347,00	47.527.063.233,37	(6.880.237.113,63)	51.393.748.121,00	48.102.298.491,74	(3.291.449.629,26)	-1%
DÉFICIT (VII)	2	-	1.895.455.678,25	-	40.564.521,13	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		54.407.300.347,00	49.422.518.911,62	(6.880.237.113,63)	51.434.312.642,13	48.102.298.491,74	(3.291.449.629,26)	3%
SALDO EX.ANT.(Utilizados p/ créditos adicionais)		-	-	-	40.564.521,13	40.564.521,13	-	-
SUPERÁVIT FINANCEIROS	3	-	-	-	40.564.521,13	40.564.521,13	-	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		-	-	-	-	-	-	-



CONSOLIDADO GERAL
Balço Orçamentário do Exercício 2016

em R\$

Despesas Orçamentárias	Notas	Exercício Atual					
		Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesas Empenhadas (c)	Despesas Liquidadas (d)	Despesas Pagas (e)	Saldo da Dotação (f) = (b - c)
DESPESAS CORRENTES (IX)		44.244.313.916,00	46.415.425.230,58	44.409.509.112,21	43.375.654.128,31	43.149.964.632,27	2.005.916.118,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		20.478.213.516,00	20.752.590.968,11	20.307.324.231,00	20.265.578.645,18	20.254.511.612,92	445.266.737,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		1.346.877.499,00	1.270.718.625,41	1.150.254.175,14	1.150.254.175,14	1.150.253.850,22	120.464.450,27
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22.419.222.901,00	24.392.115.637,06	22.951.930.706,07	21.959.821.307,99	21.745.199.169,13	1.440.184.930,99
DESPESAS DE CAPITAL (X)		10.162.984.929,00	7.991.873.614,42	5.013.009.799,41	4.621.904.684,46	4.584.098.317,72	2.978.863.815,01
INVESTIMENTOS		8.184.405.701,00	5.954.596.340,40	3.023.027.177,56	2.631.981.909,28	2.594.973.909,13	2.931.569.162,84
INVERSÕES FINANCEIRAS		46.131.000,00	56.734.999,62	29.382.476,58	29.326.368,06	28.555.454,49	27.352.523,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.932.448.228,00	1.980.542.274,40	1.960.600.145,27	1.960.596.407,12	1.960.568.954,10	19.942.129,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)		1.502,00	1.502,00	-	-	-	1.502,00
RESERVA DO RPPS (XII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	5	54.407.300.347,00	54.407.300.347,00	49.422.518.911,62	47.997.558.812,77	47.734.062.949,99	4.984.781.435,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)		54.407.300.347,00	54.407.300.347,00	49.422.518.911,62	47.997.558.812,77	47.734.062.949,99	4.984.781.435,38
SUPERÁVIT (XVI)		-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)		54.407.300.347,00	54.407.300.347,00	49.422.518.911,62	47.997.558.812,77	47.734.062.949,99	4.984.781.435,38
Exercício Anterior							
DESPESAS CORRENTES (IX)		40.633.429.008,00	42.064.741.069,34	40.764.948.813,26	39.503.646.831,83	39.283.794.818,56	1.299.792.256,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		17.651.214.436,00	18.673.656.465,10	18.434.158.200,12	18.415.627.700,53	18.404.614.378,89	239.498.264,98
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		2.545.267.299,00	1.624.347.800,37	1.580.133.606,07	1.580.123.725,95	1.580.121.307,14	44.214.194,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.436.947.273,00	21.766.736.803,87	20.750.657.007,07	19.507.895.405,35	19.299.059.132,53	1.016.079.796,80
DESPESAS DE CAPITAL (X)		10.760.318.113,00	9.369.570.572,79	6.282.625.871,73	4.723.454.804,62	4.641.783.081,10	3.086.944.701,06
INVESTIMENTOS		8.931.926.533,00	7.535.373.159,12	4.488.668.925,75	2.930.017.217,34	2.850.383.822,81	3.046.704.233,37
INVERSÕES FINANCEIRAS		32.636.547,00	138.632.060,39	130.384.072,52	129.877.413,82	127.864.950,48	8.247.987,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.795.755.033,00	1.695.565.353,28	1.663.572.873,46	1.663.560.173,46	1.663.534.307,81	31.992.479,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)		1.000,00	1.000,00	-	-	-	1.000,00
RESERVA DO RPPS (XII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)		51.393.748.121,00	51.434.312.642,13	47.047.574.684,99	44.227.101.636,45	43.925.577.899,66	4.386.737.957,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)		51.393.748.121,00	51.434.312.642,13	47.047.574.684,99	44.227.101.636,45	43.925.577.899,66	4.386.737.957,14
SUPERÁVIT (XVI)		-	-	1.054.723.806,75	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)		51.393.748.121,00	51.434.312.642,13	48.102.298.491,74	44.227.101.636,45	43.925.577.899,66	4.386.737.957,14
Variações							
DESPESAS CORRENTES (IX)		8,9%	10,3%	8,9%	9,8%	9,8%	54,3%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		16,0%	11,1%	10,2%	10,0%	10,1%	85,9%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-47,1%	-21,8%	-27,2%	-27,2%	-27,2%	172,5%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		9,7%	12,1%	10,6%	12,6%	12,7%	41,7%
DESPESAS DE CAPITAL (X)		-5,6%	-14,7%	-20,2%	-2,1%	-1,2%	-3,5%
INVESTIMENTOS		-8,4%	-21,0%	-32,7%	-10,2%	-9,0%	-3,8%
INVERSÕES FINANCEIRAS		41,3%	-59,1%	-77,5%	-77,4%	-77,7%	231,6%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		7,6%	16,8%	17,9%	17,9%	17,9%	-37,7%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)		5,9%	5,8%	5,0%	8,5%	8,7%	13,6%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)		5,9%	5,8%	5,0%	8,5%	8,7%	13,6%
SUPERÁVIT (XVI)		-	-	2,3%	-	-	-



CONSOLIDADO GERAL
Balço Orçamentário do Exercício 2016

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

em R\$

Restos a Pagar não Processados	Notas	Exercício Atual					
		Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES		3.196.688,52	1.261.301.981,43	959.604.314,29	958.592.462,21	304.868.761,16	1.037.446,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		-	18.530.499,59	5.484.233,31	5.484.233,31	13.046.266,28	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	9.880,12	-	-	9.880,12	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.196.688,52	1.242.761.601,72	954.120.080,98	953.108.228,90	291.812.614,76	1.037.446,58
DESPESAS DE CAPITAL		401.491.273,04	1.559.171.067,11	699.817.766,87	695.583.298,42	1.259.435.823,58	5.643.218,15
INVESTIMENTOS		401.491.273,04	1.558.651.708,41	699.536.915,24	695.302.446,79	1.259.197.316,51	5.643.218,15
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	506.658,70	279.161,80	279.161,80	227.496,90	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	12.700,00	1.689,83	1.689,83	11.010,17	-
TOTAL		404.687.961,56	2.820.473.048,54	1.659.422.081,16	1.654.175.760,63	1.564.304.584,74	6.680.664,73

Exercício Anterior							
DESPESAS CORRENTES		2.714.094,95	1.145.102.515,36	766.652.158,43	764.843.349,90	379.776.571,89	3.196.688,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.000,00	56.892.166,98	12.788.664,51	12.788.664,51	44.113.502,47	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.704.094,95	1.088.210.348,38	753.863.493,92	752.054.685,39	335.663.069,42	3.196.688,52
DESPESAS DE CAPITAL		354.688.461,77	638.098.696,60	411.123.227,05	397.713.893,59	193.581.991,74	401.491.273,04
INVESTIMENTOS		354.688.461,77	637.789.100,88	410.947.576,80	397.538.243,34	193.448.046,27	401.491.273,04
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	309.595,72	175.650,25	175.650,25	133.945,47	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	-	-	-	-	-
TOTAL		357.402.556,72	1.783.201.211,96	1.177.775.385,48	1.162.557.243,49	573.358.563,63	404.687.961,56

Variações							
DESPESAS CORRENTES		17,8%	10,1%	25,2%	25,3%	-19,7%	-67,5%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		-100,0%	-67,4%	-57,1%	-57,1%	-70,4%	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		18,2%	14,2%	26,6%	26,7%	-13,1%	-67,5%
DESPESAS DE CAPITAL		13,2%	144,3%	70,2%	74,9%	550,6%	-98,6%
INVESTIMENTOS		13,2%	144,4%	70,2%	74,9%	550,9%	-98,6%
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	63,7%	58,9%	58,9%	69,8%	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	-	-	-	-	-
TOTAL		13,2%	58,2%	40,9%	42,3%	172,8%	-98,3%

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Restos a Pagar Processados	Notas	Exercício Atual				
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES		4.609.481,21	219.852.013,27	220.030.341,06	967.684,79	3.463.468,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		14.209,14	11.013.321,64	11.015.692,94	114,45	11.723,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	2.418,81	2.418,81	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.595.272,07	208.836.272,82	209.012.229,31	967.570,34	3.451.745,24
DESPESAS DE CAPITAL		1.817.123,34	81.671.723,52	75.985.797,87	2.200.641,87	5.302.407,12
INVESTIMENTOS		1.817.123,34	79.633.394,53	73.947.468,88	2.200.641,87	5.302.407,12
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	2.012.463,34	2.012.463,34	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	25.865,65	25.865,65	-	-
TOTAL		6.426.604,55	301.523.736,79	296.016.138,93	3.168.326,66	8.765.875,75

Exercício Anterior						
DESPESAS CORRENTES		2.870.874,87	183.840.692,98	181.417.152,24	684.934,40	4.609.481,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		75.102,59	10.419.458,82	10.480.378,47	2.060,50	12.122,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.795.772,28	173.421.234,16	170.936.773,77	682.873,90	4.597.358,77
DESPESAS DE CAPITAL		10.733.768,35	26.371.884,03	34.539.403,99	749.125,05	1.817.123,34
INVESTIMENTOS		10.733.768,35	23.891.881,28	32.059.401,24	749.125,05	1.817.123,34
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	2.480.002,75	2.480.002,75	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	-	-	-	-
TOTAL		13.604.643,22	210.212.577,01	215.956.556,23	1.434.059,45	6.426.604,55

Variações						
DESPESAS CORRENTES		60,6%	19,6%	21,3%	41,3%	-24,9%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		-81,1%	5,7%	5,1%	-94,4%	-3,3%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		64,4%	20,4%	22,3%	41,7%	-24,9%
DESPESAS DE CAPITAL		-83,1%	209,7%	120,0%	193,8%	191,8%
INVESTIMENTOS		-83,1%	233,3%	130,7%	193,8%	191,8%
INVERSÕES FINANCEIRAS		-	-18,9%	-18,9%	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		-	-	-	-	-
TOTAL		-52,8%	43,4%	37,1%	120,9%	36,4%

Notas Explicativas Exercício de 2016

Prefeitura do Município de
São Paulo
Departamento de
Contadoria

Sumário

1. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	166
1.1 INTRODUÇÃO	166
1.2 CISÕES, FUSÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES, LIQUIDAÇÕES	167
1.3 BASE DE PREPARAÇÃO	167
1.4 PROVIDÊNCIAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO	171
2 COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	173
2.1 BALANÇO PATRIMONIAL	173
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	173
Nota 2 – Créditos Tributários a Receber	173
Nota 3 – Créditos de Transferências a Receber.....	174
Nota 4 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	174
Nota 5 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.....	174
Nota 6 – VPD Pagas Antecipadamente	175
Nota 7 – Dívida Ativa	175
Nota 8 – Participações Permanentes	177
Nota 9 – Bens Imóveis	177
Nota 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	178
Nota 11 – Empréstimos e Financiamentos.....	178
Nota 12 – Fornecedores e Contas a Pagar	179
Nota 13 – Provisões.....	179
Nota 14 – Demais Obrigações.....	180
Nota 15 – Desvinculação da Receita.....	181
2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	181
Nota 1 – Impostos	181
Nota 2 – Contribuições Sociais	181
Nota 3 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	181
Nota 4 – Transferências Intragovernamentais	182
Nota 5 – Transferências Intergovernamentais	182
Nota 6 – Desincorporação de Passivos	182
Nota 7 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	182
Nota 8 – Remuneração a Pessoal.....	182
Nota 9 – Aposentadorias e Reformas	183
Nota 10 – Serviços.....	183
Nota 11 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	183
Nota 12 – Variações Monetárias e Cambiais	183
Nota 13 – Transferências Intragovernamentais	183
Nota 14 – Transferências Intergovernamentais	183
Nota 15 – Transferências a Instituições Privadas	184
Nota 16 – Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	184
Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.....	184
2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	184
Nota 1 – Saldo Final do Exercício Atual	184
2.4 BALANÇO FINANCEIRO	186
Nota 1-A – Desvinculação da Receita.....	186
Nota 1-B – Receita Líquida por Fonte de Recurso	187
Nota 2 – Operações de Crédito.....	187

Nota 3 - Transferências Financeiras	189
Nota 4 – Transferências Financeiras Concedidas – Aportes de Recursos para o RPPS	190
Nota 5 - Execução de Restos a Pagar	190
Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa - Registro Contábil das Retenções	191
2.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	191
Nota 1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.....	191
Nota 2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos.....	191
Nota 3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento – Desembolsos	192
Nota 4 – Caixa e Equivalente de Caixa Inicial.....	193
2.6 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	193
Nota 1 - Lei Orçamentária Anual - LOA	193
Nota 2 – Déficit Orçamentário	193
Nota 3 – Utilização do Superávit Financeiro	195
Nota 4 - Receitas e Despesas Intraorçamentárias.....	195
Nota 5 – Detalhamento das Despesas Executadas por Crédito Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário	197
Nota 6 – Restos a Pagar não Processados Liquidados	197
3 AÇÕES DE MELHORIA NOS PROCESSOS E SISTEMA.....	198
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	198
RESERVA COM TRANSFERÊNCIA.....	199
MANUAL DO ISS.....	199
TABELA DE ITENS DE DESPESA.....	199
PROGRAMAS DE PARCELAMENTO INCENTIVADO.....	199
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE PARCELAS PAGAS EM ATRASO DO PPI	200
ALTERAÇÕES NO PLANO DE RUBRICAS DE RECEITAS	200
4 DISPOSIÇÕES FINAIS	200

1. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

1.1 Introdução

O Governo do Município de São Paulo é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 46.395.000/0001-39, com sede administrativa localizada no Palácio do Anhangabaú, no endereço: Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo - SP.

As atividades operacionais do Município são amparadas pela lei Municipal nº 16.334 de 30 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2016.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Comunicações, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As Demonstrações Contábeis da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Poderes: Executivo compreendendo os Órgãos da Administração Direta e Indireta e Legislativo, compreendendo a Câmara Municipal, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e seus respectivos Fundos.

As demonstrações deste Relatório Técnico são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Todas as demonstrações contábeis referem-se ao exercício financeiro de 2016, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao

Setor Público (MCASP), 6º edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 700, de 10 de dezembro de 2014, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

1.2 Cisões, Fusões, Incorporações, Transformações, Liquidações.

No exercício de 2016 não houve quaisquer operações de Cisão, Fusão, Incorporação e Liquidação envolvendo as empresas municipais dependentes e independentes.

1.3 Base de Preparação

A Prefeitura do Município de São Paulo vem implementando ações para convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público fundamentadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e também nos prazos de obrigatoriedade para registros contábeis apresentados no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, anexo à Portaria STN nº 548/2015. Visando implantação dos PCP, foram criados Grupos de Trabalho (GT), para estudos e discussões, com o intuito de atender a referida Portaria e melhorar os procedimentos internos e/ou sistema, contribuindo para a transparência das informações e eficiência desta Municipalidade.

As ações realizadas para melhoria de procedimentos internos estão apresentadas no item 3 - Ações de Melhoria nos Processos e Sistema. A seguir apresentação do Cronograma dos Procedimentos Contábeis desta Prefeitura e respectivos

detalhes das ações que se encontram em implementação e em estudo, conforme quadro abaixo:

PCP - Portaria STN 548/2015- Ordem cronológica para municípios com mais de 50 mil habitantes	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio Atual de Implantação - PMSP
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	Implementado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	Implementado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	Em estudo
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	Não iniciado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)	31/12/2017	01/01/2018	Em implementação
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2019	01/01/2020	Em implementação
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	Implementado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	Em implementação
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softw ares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	Em estudo
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	Não iniciado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado

Item 1- Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições

Para a adoção do regime de competência no reconhecimento do Crédito Tributário, temos a informar que a Secretaria da Fazenda por meio da Subsecretaria da Receita está desenvolvendo o projeto BDM (Base de dados dos Débitos Municipais) que será responsável pela renovação dos sistemas atinentes ao IPTU, especificamente no que se refere à arrecadação, débito automático, parcelamentos administrativos, inscrição em dívida e controle e gerenciamento

das suspensões de exigibilidade, dentre outras funções, bem como a contabilização dos eventos patrimoniais.

Considerando a amplitude do escopo do projeto, inclusive nos aspectos concernentes à interdependência com outros projetos, a saber, Novo IPTU, CertDUC¹ e Novo ATM², há a previsão de implantação conjunta destes sistemas, o que inclui o BDM sem as funcionalidades de contabilização dos eventos patrimoniais, para o primeiro semestre de 2017, com vistas a evitar transtornos no universo de cerca de 3,3 milhões de novos lançamentos imobiliários/ano e no legado relativo aos últimos 5 anos. Em um segundo momento, estimado para o segundo semestre deste ano, a consolidação das funcionalidades de contabilização patrimonial por evento no sistema em comento.

Item 7- Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação Bens Móveis e Imóveis

Os Bens Imóveis, mais especificamente os bens de uso especial e os bens dominicais da administração direta, Poder Executivo, são gerenciados e têm seus valores reavaliados anualmente pelo Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário (DGPI) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), com base no índice do IPC – FIPE.

Está em fase inicial de estudos e providências, em conjunto com a Prodam, sistema de controle de Bens Imóveis, com base no já existente Sistema de Bens Patrimoniais Móveis – SBPM. A ideia é que este sistema faça a integração entre todos os órgãos da PMSP e confira mais transparência aos munícipes.

A Administração Pública Direta, Poder Executivo, começou a efetuar os procedimentos de depreciação, a partir do exercício contábil de 2015, mais precisamente no mês de dezembro, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida, com a publicação da Portaria SF 262/2015. Nas demais entidades, em sua maioria, observa-se que os procedimentos ainda não foram adotados.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado menos o seu valor residual, quando existir, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de

¹ CertDUC: projeto que permitirá a emissão e pedido de análise de certidões de débitos imobiliários através do Demonstrativo Unificado do Contribuinte pela internet.

² NovoATM (sistema de comunicação online com os bancos que permite o pagamento dos tributos municipais em tempo real)

depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes.

Item 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.)

A Prefeitura e CMSP reconhecem as obrigações decorrentes de benefícios a empregados por competência. As demais, entidades, porém, ainda não adotaram tal procedimento.

Item 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedece aos princípios de contabilidade, dessa forma, aplica-se o princípio da competência em sua integralidade.

Considerando a relação entre passivo exigível (visão patrimonial) e as etapas da execução orçamentária (visão orçamentária), incluindo a possibilidade de ocorrência do estágio “Em Liquidação”, cujos fatos geradores ocorreram, mas ainda não foi concluída a etapa da liquidação,

Considerando que o passivo exigível poderá ocorrer 1) antes da etapa de empenho, 2) entre o empenho e a liquidação ou 3) no mesmo momento da liquidação,

As Divisões de Gerenciamento do Sistema de Execução Orçamentária (DISEO) e da Contabilidade (DICON) estão realizando estudos para avaliar as manutenções necessárias no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, bem como em outros Sistemas que se integram ao SOF, de forma a permitir o registro, controle e acompanhamento dos fatos geradores de obrigações para o Município, a partir dos quais serão reconhecidos e evidenciados os passivos com fornecedores por competência.

Item 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável

Tiveram início na Prefeitura estudos para preparação do SBPM, com intuito de utilizá-lo também como ferramenta de controle dos bens intangíveis.

1.4 Providências Sobre as Recomendações do Tribunal de Contas do Município

Objetivando atender as determinações do Tribunal de Contas do Município de São Paulo conforme Relatório Anual de Fiscalização, foram instituídos em 2016, diversos Grupos de Trabalho (GT) e outras providências conforme seguem:

GT – Folha de Pagamento

Constituído por meio da Portaria Intersecretarial SF/SMG nº 03/2016, publicado em 10 de setembro de 2016, o Grupo de Trabalho foi criado para realizar estudos e revisão dos procedimentos contábeis que envolvem a sistemática da folha de pagamento, cujo objetivo é definir nova rotina de contabilização e conciliação em conformidade aos princípios contábeis e demais normas aplicáveis.

GT – Fonte e Destinação de Recursos

A Portaria SF nº 157 de 05 de julho de 2016 constituiu Grupo de Trabalho com o objetivo de aprimorar a forma de apresentação das demonstrações e relatórios contábeis por fontes e destinação de recursos de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual dos Demonstrativos Fiscais, bem como atender aos apontamentos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, dispostos no Relatório Anual de Fiscalização de 2015 e Ofício nº 22916/2016. A Portaria SF nº 250 de 26 de setembro de 2016, prorrogou o prazo para conclusão dos trabalhos por mais cento e vinte dias a contar da publicação desta. O Grupo de Trabalho teve como resultado o Processo Administrativo nº 2016-0.230.156-1, autuado em 11/10/2016, propondo duas alternativas para a alteração da atual codificação das fontes de recursos utilizada pela PMSP, dentre nove opções inicialmente levantadas.

Segue o detalhe da proposta escolhida pela administração:

- Incluir nas atuais fontes as vinculações STN (codificação desenvolvida para o SICONFI, composta por quatro dígitos) e algumas especificidades da PMSP, como as fontes para os Fundos Municipais. A estrutura implicará em três níveis de detalhe (1º nível atuais fontes PMSP, 2º nível proposta STN e 3º nível especificidades da PMSP), com aplicabilidade para receitas e despesas desde o planejamento até a execução orçamentária.

Para a implementação desta mudança, será necessária adoção do Sistema de Controle denominado “Conta Corrente”.

As áreas envolvidas estão avaliando e estudando os impactos operacionais e de sistema na aplicabilidade da proposta.

GT - Sequestro Valores Precatórios

Foi instituído pela Portaria Intersecretarial SF/PGM nº 09/2016, em 11 de janeiro de 2017, o Grupo de Trabalho que tem como objetivo estudar e normatizar os procedimentos contábeis referentes aos valores sequestrados relacionados aos precatórios devidos por esta Municipalidade, previstos nos sucessivos decretos de execução orçamentária.

Fechamentos Contábeis

Com o objetivo de realizar os fechamentos contábeis de forma tempestiva, em conformidade com o disposto nos artigos 2º, 7º e 8º do Decreto nº 56.313/2015 e as recomendações do TCM, foi publicada em 07 de outubro de 2016 a Portaria SF nº 266, que dispõe sobre os Fechamentos Contábeis mensais/anuais e institui o Cronograma de Atividades e Prazos a ser observado pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, cujo objetivo é o fechamento contábil e o cumprimento dos prazos legais de forma tempestiva. Observamos que em 2016 as rotinas de fechamentos foram aprimoradas e o resultado alcançado tem sido satisfatório. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, em geral, têm respondido e cumprido os prazos disciplinados na Portaria de fechamentos.

Relatórios de Restos a Pagar

O relatório de Acompanhamento de Restos a Pagar do Sistema SOF foi aprimorado, atendendo ao detalhamento dos Restos a Pagar Não Processados em “Liquidado” e “a Liquidar”, garantindo maior precisão e transparência de seus saldos. Desta forma, os restos a pagar serão demonstrados em três tipos de relatórios conforme segue:

- Restos a Pagar Não Processados (Saldo Liquidado e a Liquidar);
- Restos a Pagar Não Processados Liquidados em Exercícios Anteriores;
- Restos a Pagar Processados.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Os Departamentos de Contadoria e de Administração Financeira apresentaram rotina contábil para registro dos depósitos judiciais na Administração Direta por meio da Nota Técnica SF/SUTEM/DECON/DEFIN nº 1 de 29/02/2016, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 151/2015.

Créditos de Curto Prazo/Realizável – Créditos a Receber da CMSP e TCMSP

A rotina contábil para registro da devolução dos recursos remanescentes na Câmara Municipal e no Tribunal de Contas advindos dos duodécimos repassados pela Prefeitura foi definida pela Nota Técnica SF/SUTEM/DECON nº 1 de 03/01/2017, tendo seus efeitos retroativos aos valores apurados nos Balanços do exercício de 2016.

Investimentos

Relativo ao Processo Tribunal de Contas nº 72.007.150.16-01, referente à Auditoria Programada – Ativo – Investimentos, informamos que todos os questionamentos foram respondidos pela Divisão de Contabilidade (DICON) conforme Processo SEI nº 6017.2017/0003138-3.

2 Composição e Informações Relevantes das Demonstrações Contábeis

2.1 Balanço Patrimonial

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Neste subgrupo destacam-se as “Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata”, no valor de R\$ 5.273.975.959,75, representando 97% do valor total. As aplicações são realizadas em instituições financeiras oficiais, conforme políticas estabelecidas na Portaria SF 87/2012.

Nota 2 – Créditos Tributários a Receber

O saldo existente nesta conta até o exercício de 2015, foi reclassificado no exercício de 2016, no subgrupo “Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo” para melhor enquadramento no plano de contas.

Considerando que neste grupo “Créditos Tributários a Receber” será registrado o reconhecimento do crédito tributário pelo regime de competência em atendimento ao disposto no § 4º do art. 1º da Portaria STN nº 548 de 24/09/2015 e, para tanto, encontra-se em desenvolvimento projeto para implantação de um sistema que irá

tratar a base de dados de débitos municipais (BDM) da Prefeitura. Inicialmente, serão considerados os dados do IPTU para reconhecer o crédito tributário de acordo com o fato gerador. Posteriormente, o reconhecimento por competência será estendido aos demais tributos municipais.

Nota 3 – Créditos de Transferências a Receber

Neste grupo foram registrados recursos do Tesouro Municipal utilizados, a título de adiantamento no valor de R\$ 103.444.372,53, para pagamento de despesas realizadas com empreendimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a serem ressarcidos pela União e Governo do Estado de São Paulo.

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

em R\$

Empreendimentos¹	Valores a serem ressarcidos
Canalização do Córrego Ponte Baixa	15.458.432,01
Autódromo José Carlos Pace	34.605.590,65
Terminal Itaquera	4.903.081,45
Corredor Leste Itaquera 2	6.450.369,23
Fábrica do Samba	9.108.683,01
Corredor Capão Redondo Campo Limpo Vila Sônia	1.176.253,14
Leste Itaquera Trecho 1	15.534.018,62
Corredor Leste Radial Trechos 1 e 2	14.848.229,52
Hospital de Parelheiros (PAC Mananciais)	1.134.342,50
Corredor Aricanduva	225.372,40
Total	103.444.372,53

Fonte: Planilha de acompanhamento de recursos de Convênios - SF/SUTEM/DEDIP/DIGEC

Nota 1: O empreendimento Hospital de Parelheiros é financiado com recursos do PAC, por meio de Termo de Repasse em que o Governo do Estado de São Paulo figura como contratado e o Município, como interveniente executor; nos demais empreendimentos, os Termos de Compromisso são firmados entre Governo Federal e Município.

Nota 4 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Neste grupo, o valor mais significativo aqui registrado refere-se ao Fundo de Reserva dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 2.147.502.020,23, estabelecido conforme Lei Complementar nº 151/2015, os quais representam, aproximadamente, 80% dos “Créditos a Curto Prazo”.

Nota 5 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

O grupo representa aproximadamente 10,28% dos créditos a receber e corresponde, em sua maioria, a débitos de servidores municipais decorrentes de

pagamentos indevidos, multas de trânsito, danos materiais, honorários advocatícios, indenização a terceiros e encargos de processos judiciais:

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

em R\$

Conta	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016	Varição %
Débitos de Servidores Municipais	201.745.479,39	208.015.246,32	3,1%
Demais Créditos a Receber	98.230.157,70	66.362.825,75	-32,4%
Total	299.975.637,09	274.378.072,07	-8,5%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 6 – VPD Pagas Antecipadamente

Quase que a totalidade do grupo – aproximadamente 99% – é representada por valores pagos de forma extraorçamentária pendentes de regularização:

VPD Pagas Antecipadamente

em R\$

Conta	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016	Varição %
Débitos Pagos a Regularizar	9.530.155,19	42.963.236,46	350,8%
Demais VPD Pagas Antecipadamente	176.324,70	242.129,43	37,3%
Total	9.706.479,89	43.205.365,89	345,1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A principal variação deste grupo entre os exercícios de 2015 e 2016 deve-se ao registro de valores devolvidos à União, pendentes de regularização orçamentária, conforme quadro a seguir:

Débitos Pagos a Regularizar

em R\$

Secretaria	Valores a regularizar
Habitação	31.283.459,75
Serviços	2.030.303,98
Cultura	1.470.698,82
Total	34.784.462,55

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 7 – Dívida Ativa

Os grupos “Dívida Ativa Tributária” e “Dívida Ativa Não Tributária”, com seus respectivos ajustes, representam, aproximadamente, 95% dos créditos de longo prazo e 58% do Ativo total.

Entidades como IPREM, SFMSP, AHM, COHAB e FMH possuem valores inscritos em dívida ativa tributária e/ou não tributária, contudo, estas representam parcela irrisória quando comparada com o montante da dívida ativa do Município.

No exercício de 2016, a Prefeitura adotou nova metodologia de apuração do ajuste da dívida ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT instituído em 2014 (Portaria Conjunta SF/SNJ nº 1/2014) e composto por representantes das Secretarias de Finanças (atual Fazenda) e Negócios Jurídicos (atual Justiça), com o apoio técnico da Companhia de Processamento de Dados (Prodam). O relatório do GT, encartado no Processo Administrativo nº 2014-0.072.985-4, foi submetido e aprovado pelos Secretários Municipais, que deliberaram pela adoção da nova metodologia a partir de janeiro/2016.

O valor do ajuste mensal é baseado em cálculo aplicado por meio de método probabilístico de regressão logística, que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança.

A revisão da metodologia anterior – que foi utilizada até 2015 – decorreu de apontamentos do Tribunal de Contas do Município sobre a necessidade de mensurar a real expectativa de recebimento dos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme preceituam as boas práticas contábeis.

Na tabela que segue, é possível visualizar as variações da Dívida Ativa Tributária e não Tributária em termos monetários e percentuais entre os exercícios de 2015 e de 2016:

Dívida Ativa

em R\$

Conta	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016	Variação %
Tributária	67.108.800.682,3	50.391.455.364,1	-24,9%
Dívida Ativa	71.470.364.246,2	86.044.304.678,1	20,4%
Ajuste de Perdas	(4.361.563.563,9)	(35.652.849.314,0)	717,4%
Não Tributária	10.226.490.689,5	7.938.914.033,3	-22,4%
Dívida Ativa	10.226.490.689,5	10.414.809.329,2	1,8%
Ajuste de Perdas	-	(2.475.895.295,9)	-
Total	77.335.291.371,9	58.330.369.397,5	-24,6%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 8 – Participações Permanentes

O critério para realização do MEP do exercício de 2016 consistiu na utilização dos Balancetes das empresas controladas referentes a novembro de 2016, excluído o AFAC do PL das empresas e não incluindo estes como investimento na PMSP, ocasionando resultado equânime, tanto na controladora como na coligada.

Para as controladas com Patrimônio Líquido negativo, caso das empresas CET e SPTrans, a atualização dos valores foi contabilizada na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante.

Segue abaixo quadro do cálculo do MEP no exercício de 2016:

MEP - Empresas com PL positivo

em R\$

Empresa Investida	Posição em 31/12/2015 sem AFAC	Investimentos Realizados	Ajuste MEP 2015	Distribuição Dividendos	Ajuste MEP 2016 sem AFAC	Saldo Final
COHAB	645.487.416,03	141.793.157,00	41.957.273,49	-	163.346.867,84	992.584.714,36
PRODAM	107.286.254,75	20.000.000,00	(2.831.592,10)	-	12.999.875,60	137.454.538,25
SPDA	3.586.032,17	195.826.850,00	41.628,65	-	(3.567.187,68)	195.887.323,14
SP NEGÓCIOS	2.029.604,98	-	-	-	158.404,06	2.188.009,04
SP OBRAS	29.759.691,07	-	(5.061.054,94)	(4.955.500,00)	8.693.748,91	28.436.885,04
SP SEC	735.222,36	450.000,00	(73.433,07)	-	(498.801,65)	612.987,64
SP TURIS	119.105.453,71	-	(7.478.195,85)	-	4.791.383,41	116.418.641,27
SP URBANISMO	176.327.212,06	-	(1.318.571,73)	-	264.673,16	175.273.313,49
SPCINE	24.276.423,00	-	-	-	(2.080.959,00)	22.195.464,00
Total	1.108.593.310,13	358.070.007,00	25.236.054,45	(4.955.500,00)	184.108.004,66	1.671.051.876,24

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

MEP - Empresas com PL negativo

em R\$

Empresa Investida	Posição em 31/12/2015 sem AFAC	Investimentos Realizados	Ajuste MEP 2015	Distribuição Dividendos	Ajuste MEP 2016 sem AFAC	Saldo Final
CET	(125.884.594,66)	-	(3.226.667,96)	-	(29.885.706,65)	(158.996.969,27)
SP TRANS	(325.320.484,03)	-	5.977.178,89	-	119.141.291,69	(200.202.013,45)
Total	(451.205.078,69)	-	2.750.510,93	-	89.255.585,05	(359.198.982,71)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 9 – Bens Imóveis

Atualmente, o valor dos bens imóveis especiais e dominicais da Prefeitura, que representam, aproximadamente, 99% do total dos bens imóveis do Município, é reajustado anualmente pelo Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário - DGPI da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, com base no índice do IPC – FIPE.

O relatório encaminhado pelo DGPI no exercício de 2016 apresentou variação dos bens imóveis decorrente apenas de novas incorporações por

desapropriações e doações; não foram apresentados valores decorrentes de reavaliação pelo índice FIPE. Evento subsequente: No citado relatório também foi apresentada incorporação de R\$ 5.527.620,00 referentes a Bens de Uso Especial, quando o correto era incorporação referente a Bens Dominicais. O ajuste contábil foi realizado em 2017.

Considerando a necessidade identificada de melhoria na gestão dos bens imóveis e visando evitar a duplicação de ativos, já que as incorporações são informadas pelo DGPI, no exercício de 2016 foram baixadas as incorporações de bens imóveis decorrentes da execução orçamentária da despesa registradas no período de 2014 a 2016.

Teve início no exercício de 2016, estudos para implantação de Sistema de Controle de Bens Imóveis, tomando como modelo o atual Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM. Com um sistema de gestão de bens imóveis, todos os órgãos do Município serão integrados e o controle conferirá maior transparência aos valores deste relevante item do Patrimônio Público.

Nota 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

No exercício de 2016, os registros referentes a Precatórios foram segregados em circulante e não circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade, e foram segregados também por tipo de credor: pessoal, fornecedores e contas a pagar. Assim, os grupos “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais”, de curto e longo prazo, foram significativamente sensibilizados pelas reclassificações dos precatórios. Ainda sobre precatórios, cabe destacar que o Município iniciou estudos visando à adequação do registro da inscrição e pagamento de Requisições de Pequeno Valor em observância ao regime de competência e ao requisito de tempestividade.

Nota 11 – Empréstimos e Financiamentos

A variação do grupo, aproximadamente 60%, decorre da desincorporação de saldo devedor no valor de R\$ 47.827.416.991,83, em virtude do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas celebrado entre o Município e a União em 26 de fevereiro de 2016, com interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos do disposto: na Medida Provisória nº 1.969-12/2000, reeditada até a atual Medida Provisória 2.185-35/2001; na Resolução do Senado Federal 37/99; no Decreto nº 3.099/1999; na

Lei Complementar 148/2014 com redação dada pela Lei Complementar 151/2015; e no Decreto 8.616/2015. Concedido desconto sobre saldo devedor do referido contrato, no valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa SELIC, desde a assinatura do contrato, conforme previsto no art. 3º da LC 148/2014 com redação da LC 151/2015, cujos efeitos financeiros foram aplicados ao saldo devedor mediante o aditamento contratual. A legislação em vigor possibilitou ainda, alteração da taxa de juros e da atualização monetária, a partir de janeiro de 2013.

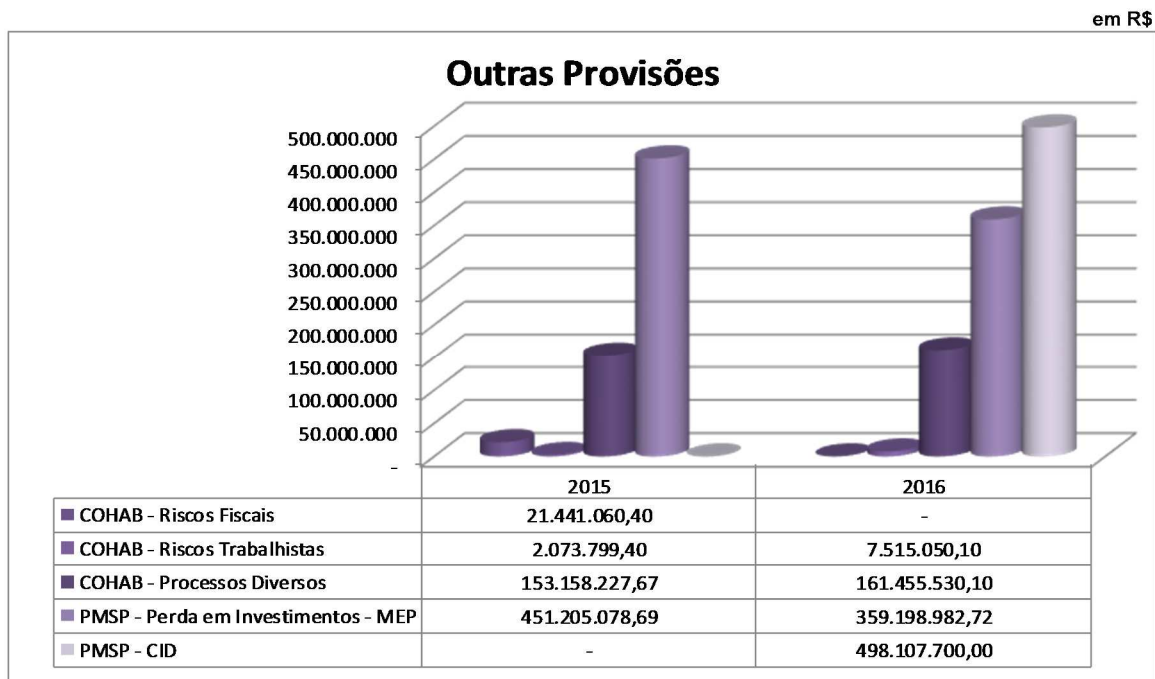
Nota 12 – Fornecedores e Contas a Pagar

No exercício de 2016, os registros referentes a Precatórios foram segregados em circulante e não circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade, e foram segregados também por tipo de credor: pessoal, fornecedores e contas a pagar. Assim, os grupos “Fornecedores e Contas a Pagar”, de curto e longo prazo, foram significativamente sensibilizados pelas reclassificações dos precatórios: incremento de, aproximadamente, 983% em 2016 quando comparado a 2015.

Nota 13 – Provisões

É o grupo mais expressivo do passivo (aproximadamente, 115% do total do passivo), sendo que 99% dele representam provisões matemáticas previdenciárias do RPPS. Este grupo de provisões de longo prazo foi constituído em 2015 e sofreu aumento de 28% em 2016. Com o objetivo de demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo, a Portaria nº 916/2013 do Ministério da Previdência regulamentou uma forma de reconhecer e controlar o passivo atuarial por meio de registro de reservas matemáticas previdenciárias. Esse cálculo consiste em provisionar valores que representam o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

As demais provisões estão representadas no gráfico que segue:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2016, o Município registrou no grupo “Provisões” o passivo correspondente aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento - CID, instituídos pela Lei 15.413 de 20/07/2011, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 52.871 de 22/12/2011. Os CID têm validade de 10 anos e poderão ser utilizados pelo investidor ou pelo terceiro adquirente dos certificados para pagamento de IPTU e ISS, exceto ISS retido na fonte.

Do total de R\$ 232.793.148,87 relativo a provisões, aproximadamente 50% têm expectativa de exigibilidade no curto prazo.

Nota 14 – Demais Obrigações

No curto prazo, 92% do grupo “Demais Obrigações” correspondem aos depósitos judiciais previstos na Lei Complementar nº 151/2015, sendo que 30% dos depósitos judiciais constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município.

Os depósitos judiciais são valores relacionados a ações judiciais em andamento, nas quais o Município seja parte, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

Conforme disposto na Lei Complementar nº 151/2015, fica autorizada a utilização, pelos entes da Federação, de até 70% (setenta por cento) do valor depositado; os

30% (trinta por cento) restantes na conta judicial ficam instituídos como reserva, aguardando o desfecho da ação. O Município de São Paulo instituiu o fundo de reserva pela Lei Municipal nº 15.406/2011, que foi regulamentada pelo Decreto nº 52.488/2011.

Do total do longo prazo, R\$ 41.351,00 referem-se a precatório de natureza não alimentícia da AHM e R\$ 970.143.930,68 (negativos) correspondem a sequestros de precatórios judiciais registrados pela Prefeitura. O Grupo de Trabalho – GT instituído pela Portaria Intersecretarial SF/PGM/SMG nº 09 de 30/12/2016 tem o objetivo de realizar estudos e propor os procedimentos contábeis para a baixa dos valores sequestrados de contas bancárias de titularidade da PMSP, referentes aos precatórios judiciais devidos pelo Município.

Nota 15 – Desvinculação da Receita

A desvinculação das receitas no Município, regulamentada pelo Decreto nº 57.380/2016 e complementada pelas Portarias SF nº 279/2016 e 28/2017, desencadeou o registro contábil no controle das disponibilidades por destinação de recursos, resultando no superávit financeiro por fonte apresentado no Quadro anexo ao Balanço Patrimonial.

2.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Impostos

Do total de variações patrimoniais aumentativas do grupo de impostos, os itens de maior influência no resultado de 2016 foram o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial - IPTU, que correspondem a 51% e 32% do total deste grupo, respectivamente.

Nota 2 – Contribuições Sociais

As Contribuições Sociais são compostas em sua totalidade pelas contribuições de servidores ativos e inativos, da administração direta e indireta, bem como de pensionistas ao Regime Próprio de Previdência da PMSP.

Nota 3 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

As VPA aqui registradas derivam em sua maioria de aplicações em fundos de investimentos em renda fixa, as quais representam aproximadamente 79% do total do grupo.

Nota 4 – Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais têm seu saldo composto por repasses recebidos pelas entidades da administração indireta para execução orçamentária, incluídos recursos referentes a aportes ao RPPS.

Nota 5 – Transferências Intergovernamentais

As transferências intergovernamentais têm seu saldo composto por transferências correntes realizadas, principalmente, pela União: Transferências do FUNDEB (21%) e Transferências de Recursos do SUS (11%); e pelo Estado de São Paulo: Cota Parte do ICMS (41%) e Cota Parte do IPVA (15%).

Nota 6 – Desincorporação de Passivos

Este grupo contém a variação decorrente da desincorporação da Dívida Fundada no valor de R\$ 47.827.416.991,83.

Nota 7 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

As contas com saldos mais relevantes no grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” estão apresentadas no quadro abaixo:

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas em R\$

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	Saldo em 31/12/2016	Representação %
Atualização Monetária da Dívida Ativa	16.224.932.723,74	49,7%
PPI em Andamento/Dívida Ativa	4.769.271.515,20	14,6%
Inscrição de Dívida Ativa	4.414.060.524,30	13,5%
Reversão da Provisão para Ajuste a Valor Recuperável	1.744.438.718,20	5,3%
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.531.195.168,76	4,7%
Receita da Dívida Ativa	769.235.126,82	2,4%
Demais	3.212.516.548,90	9,8%
Total	32.665.650.325,92	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 8 – Remuneração a Pessoal

No exercício de 2016, a remuneração com vencimentos e salários do pessoal ativo foi de R\$ 9.881.821.787,47, o que representa, aproximadamente, 67% do total das VPD com Pessoal e Encargos.

Nota 9 – Aposentadorias e Reformas

Corresponde aos pagamentos efetuados a aposentados da administração direta e indireta, sob o Regime Próprio de Previdência Social da PMSP e corresponde a, aproximadamente, 87% do total de benefícios previdenciários e assistenciais.

Nota 10 – Serviços

Essas VPD representam um expressivo valor no gasto público do Município, pois correspondem aos serviços que mantêm em funcionamento atividades primordiais para os munícipes e também para a administração pública. Dentre os gastos com serviços, no exercício de 2016, destacam-se os serviços pagos a pessoas jurídicas: serviços urbanos, R\$ 2.709.139.995,72; serviços de creche e assistência pré-escolar, R\$ 1.830.780.664,35; serviços de apoio (limpeza, vigilância, apoio administrativo, técnico e operacional etc.), R\$ 1.288.551.089,90; serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais, R\$ 1.054.546.548,01; serviços de assistência social, R\$ 878.151.872,89; somados, estes serviços correspondem a 58% do total das VPD de serviços.

Nota 11 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos

Refere-se aos juros e encargos da dívida contratual externa (1%) e, notadamente, da dívida contratual interna (99%).

Nota 12 – Variações Monetárias e Cambiais

Refere-se às variações monetárias e cambiais da dívida contratual interna (aproximadamente, 61% do grupo), da dívida contratual externa (aproximadamente, 2%), da dívida mobiliária interna (aproximadamente, 2%) e dos precatórios (aproximadamente, 34%).

Nota 13 – Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais correspondem, em sua maioria, aos repasses concedidos às entidades da administração indireta para execução orçamentária, inclusive, para aporte de recursos ao RPPS.

Nota 14 – Transferências Intergovernamentais

O valor registrado neste grupo refere-se a transferências voluntárias realizadas pelo Município (aproximadamente, 59%) e transferências ao FUNDEB (aproximadamente, 41%).

Nota 15 – Transferências a Instituições Privadas

Neste grupo, destacam-se as VPD referentes a transferências a instituições privadas sem fins lucrativos destinadas a serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais (aproximadamente, 87% do grupo).

Nota 16 – Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas

Neste grupo, destaca-se o ajuste para perdas referente à dívida ativa realizado de acordo com a nova metodologia proposta pelo GT instituído pela Portaria Conjunta SF/SNJ 1/2014 (aproximadamente, 91% do total do grupo).

Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

As contas com saldos mais relevantes no grupo “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas” estão apresentadas no quadro abaixo:

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas em R\$

Conta	Saldo em 31/12/2016	Representação %
Provisões Matemáticas Previdenciárias	(24.586.821.678,59)	62,5%
PPI em Andamento/Dívida Ativa	(4.477.396.298,71)	11,4%
Cancelamento da Dívida Ativa	(4.003.427.972,72)	10,2%
Bens Imóveis a Classificar	(2.142.850.376,54)	5,5%
Cobrança da Dívida Ativa por Imputação	(940.458.786,75)	2,4%
Provisão para Realização dos CID	(400.929.700,13)	1,0%
Demais	(2.756.867.287,50)	7,0%
Total	(39.308.752.100,94)	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

2.3 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Nota 1 – Saldo Final do Exercício Atual

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido demonstra a evolução do patrimônio líquido de todas as entidades que compõem a administração direta e indireta da Prefeitura, inclusive a empresa estatal dependente (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo).

As mutações ocorridas no exercício de 2016 são decorrentes de:

- Resultado patrimonial consolidado: déficit de R\$ 3.289.463.507,09, que segue detalhado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial	em R\$
Administração Direta	21.398.107.434,72
PMSB	21.399.042.822,74
CMSP	(16.863.393,94)
TCMSP	8.240.810,27
FECAM	6.125.549,79
FETCM	1.561.645,86
Administração Indireta	(24.687.570.941,81)
HSPM	2.642.979,60
IPREM	(24.704.580.196,67)
SFMSP	(15.596.615,85)
AHM	(89.059.855,91)
AMLURB	(20.527.713,40)
FUNDATEC	2.327.263,27
THEATRO	(1.256.250,85)
FMH	86.155.997,84
COHAB	52.323.450,16
Resultado Patrimonial do Período (Déficit Patrimonial)	(3.289.463.507,09)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- Ajustes dos resultados de exercícios anteriores: superávit de R\$ 1.219.381.689,20.

O maior impacto sobre os resultados de exercícios anteriores deve-se a ajustes efetuados pela Prefeitura decorrente da baixa de bens imóveis registrados pela execução orçamentária nos exercícios de 2014 e 2015 (déficit de R\$ 4.917.385849,03) e incorporação de títulos CEPAC (superávit de R\$ 6.161.415.922,22).

- Baixa de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital do FMH: R\$ 4.942.652,28.

Refere-se a recursos recebidos, até 31/12/2007, da Prefeitura com destinação específica voltada à execução de programas e projetos habitacionais de interesse social vinculados ao FMH. A partir desse exercício, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 07 - Subvenções e Assistências Governamentais, aprovado pelo CFC através da Resolução NBC TG 07, os recursos recebidos como Subvenções para Investimentos foram contabilizados

em conta específica do passivo circulante sendo transferidos para o resultado do exercício “De Recursos FMH – Lei nº 11.632/94” concomitantemente com o repasse desses valores a terceiros incumbidos de realizar a construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda.

- Constituição de Reservas: R\$ 3.757,13.

Refere-se a Reservas constituídas pelo IPREM referentes ao Decreto nº 34.985/1995 e Resolução nº 403/1986.

2.4 Balanço Financeiro

Nota 1-A – Desvinculação da Receita

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 93/2016, que acrescentou o artigo 76-B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ficou estabelecida a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de 30% (trinta por cento) das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

A referida EC estabelece também as exceções à regra de desvinculação: recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal; receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

A regulamentação da desvinculação da receita na Prefeitura do Município de São Paulo ocorreu por meio do Decreto nº 57.380/2016 e Portarias SF nº 279/2016 e 28/2017, que estabeleceram normas complementares e de procedimentos quanto às desvinculações de receitas municipais, inclusive os detalhamentos das desvinculações por rubricas de receita, que constam dos anexos das referidas Portarias.

Assim, instituída a Desvinculação das Receitas na PMSP em 2016, foi efetivado o registro contábil, conforme se apresenta a receita orçamentária no Balanço Financeiro do exercício de 2016, considerando a desvinculação.

Nota 1-B – Receita Líquida por Fonte de Recurso

No Balanço Financeiro as receitas orçamentárias são apresentadas líquidas de deduções. Assim, apresentamos o quadro abaixo, com o detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos, considerando a desvinculação da receita, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 57.380/2016 e alterações:

Receita Líquida por Fonte de Recurso

em R\$			
Fonte	Receita Bruta	Deduções	Receita Líquida
Ordinária	39.682.130.802,74	(2.055.168.816,18)	37.626.961.986,56
Tesouro Municipal	36.266.565.176,90	(2.055.157.950,37)	34.211.407.226,53
Recursos Próprios da Administração Indireta	3.357.184.383,88	(10.865,81)	3.357.173.518,07
Recursos Próprios da Empresa Dependente	58.381.241,96	-	58.381.241,96
Vinculada	9.964.025.617,08	(63.924.370,27)	9.900.101.246,81
Operações de Crédito	70.659.025,81	-	70.659.025,81
Transferências Federais	3.202.109.900,29	-	3.202.109.900,29
Transferências Estaduais	559.824.272,34	-	559.824.272,34
Fundo Constitucional de Educação	3.474.580.981,19	-	3.474.580.981,19
Outras Fontes	45.449.150,79	-	45.449.150,79
Receita Condicionada	-	-	-
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	2.611.402.286,66	(63.924.370,27)	2.547.477.916,39
	49.646.156.419,82	(2.119.093.186,45)	47.527.063.233,37

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 2 – Operações de Crédito

De acordo com o cálculo da variação nominal ocorrida entre os exercícios de 2015 e 2016, podemos destacar a linha Operações de Créditos que obteve variação positiva de 261% para os Ingressos (Receitas Vinculadas) e variação positiva de 151% para os Dispêndios (Despesas Vinculadas), portanto houve um aumento nas receitas e também nas despesas orçamentárias.

Dentre a variação positiva (2015-2016) obtida nos ingressos podemos ressaltar:

- Receita da aplicação financeira dos recursos do PNAFM - Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, (Receita Corrente - Receita Patrimonial- Outras Receitas Mobiliárias);
- Operações de crédito relativas ao PNAFM, recursos originários do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o intermédio da Caixa Econômica Federal (Receita de Capital - Operações de Crédito);

- Operações de crédito relativo ao PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária/BNDES (Receita de Capital - Operações de Crédito).

Em R\$			
RECEITAS	2016	2015	Diferença
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIAS	1.348.295,45	280.037,68	1.068.257,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS/CONTRATUAL (PMAT e PNAFM)	69.310.730,36	19.285.779,71	50.024.950,65
Total	70.659.025,81	19.565.817,39	51.093.208,42

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Dentre a variação positiva (2015-2016) obtida nos dispêndios podemos ressaltar:

- Despesa de Capital - Investimentos, cujos elementos de despesa são: serviços de pessoa jurídica e também equipamentos e materiais permanentes inerentes ao projeto atividade: PNAFM e PMAT, todos realizados pela Secretaria da Fazenda.

Em R\$			
Projeto/Atividade	2016	2015	Diferença
PMAT	59.341.121,93	21.090.853,82	38.250.268,11
PNAFM	18.874.582,02	10.076.630,08	8.797.951,94
Total	78.215.703,95	31.167.483,90	47.048.220,05

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 3 - Transferências Financeiras

em R\$

Transferências Financeiras - Posição em 31/12/2016			
Entidade	Transferências Financeiras Recebidas - Para Execução Orçamentária	Transferências Financeiras Concedidas - Para Execução Orçamentária	Diferença
Prefeitura do Município de São Paulo	-	8.575.125.631,60	
Hospital do Servidor Público Municipal	289.812.783,52	-	
Instituto de Previdência Municipal	3.767.505.207,54	-	
Serviço Funerário do Município de São Paulo	2.887.586,11	-	
Autarquia Hospitalar Municipal	1.416.288.064,93	-	
Autoridade Munic. Limpeza Urbana	2.127.510.958,58	-	
Fundação Paulistana de Educ. Tecnologia	16.199.037,48	-	
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	116.873.924,09	-	
COHAB e FMH	106.639.219,57	13.624.796,75	
CMSP e FECAM	525.031.499,60	-	
TCMSP e FETCM	220.000.000,00	-	
Subtotal Transferências Financeiras - Para Execução Orçamentária	8.588.748.281,42	8.588.750.428,35	2.146,93
Entidade	Transferências Financeiras Recebidas - Independentes de Execução Orçamentária	Transferências Financeiras Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	
Prefeitura do Município de São Paulo	28.659.785,78	-	
Autoridade Munic. Limpeza Urbana	-	15.831.402,55	
CMSP e FECAM	-	6.125.223,25	
TCMSP e FETCM	-	10.466.018,82	
Subtotal Transferências Financeiras - Independentes de Execução Orçamentária	28.659.785,78	32.422.644,62	3.762.858,84
Total Transferências Ativas e Passivas	8.617.408.067,20	8.621.173.072,97	3.765.005,77

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2016, as transferências financeiras recebidas para Execução Orçamentária e para aportes ao RPPS totalizaram R\$ 8.588.748.281,42 e as transferências financeiras concedidas para as mesmas finalidades totalizaram R\$ 8.588.750.428,35. A diferença de **R\$ 2.146,93** refere-se à transferência realizada em 07/03/2016 do FMH para a COHAB, reclassificada, na COHAB, para ingresso extraorçamentário.

Ainda no exercício de 2016, a Prefeitura registrou R\$ 28.659.785,78 referentes a Transferências Financeiras Recebidas - Independentes de Execução Orçamentária, a título de devoluções de repasses financeiros anteriormente concedidos a outras entidades.

Nas entidades, a contrapartida em Transferências Financeiras Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária, a título de devoluções de repasses financeiros anteriormente recebidos, totalizou R\$ 32.422.644,62.

A diferença de **R\$ 3.762.858,84** corresponde a:

- a) **R\$ 3.924.043,72** são recursos financeiros remanescentes no Tribunal de Contas, apurados na elaboração do Balanço Patrimonial e reconhecidos por aquela entidade como obrigação de devolução ao Tesouro Municipal. Em contrapartida, a Prefeitura registrou o montante destes recursos em seu Ativo, constituindo créditos a receber no curto prazo. Considerando que o recurso não foi transferido no exercício de 2016, a Prefeitura não considerou este valor no Balanço Financeiro, tampouco na Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme Nota Técnica SF/SUTEM/DECON nº 01/2017. No Balanço Financeiro consolidado, porém, este valor foi considerado na linha de Transferências Financeiras Concedidas. Visando alinhamento das informações na consolidação dos dados do TCM, para os próximos exercícios, esta situação será sanada pelo pleno atendimento da Nota Técnica SF/SUTEM/DECON nº 01/2017.
- b) **R\$ (161.184,88)** são recursos referentes a reversões de despesas ou restituições de folha de pagamento, que ingressaram no Tribunal de Contas de forma extraorçamentária e foram recolhidos ao Tesouro Municipal. A Prefeitura, porém, registrou o ingresso financeiro como devolução de repasse, caracterizando variação patrimonial do grupo de Transferências Financeiras Recebidas – Independentes da Execução Orçamentária.

Nota 4 – Transferências Financeiras Concedidas – Aportes de Recursos para o RPPS

Considerando o contínuo aperfeiçoamento da apresentação dos Demonstrativos Contábeis, informamos que a partir do exercício 2017 os repasses financeiros efetuados ao IPREM serão apresentados como Transferências Financeiras Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS em conformidade com a Instrução de Procedimentos Contábeis IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro e MCASP 2016 (Parte III Procedimentos Específicos, p.258, item 4.4.5.3).

Nota 5 - Execução de Restos a Pagar

Dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários, destacamos a variação da inscrição e pagamentos dos restos a pagar, na comparação dos exercícios de 2016 e 2015 é possível visualizar essas variações em termos monetários e percentuais.

Descrição	em R\$			
	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação	% Variação
Inscrição de Restos a Pagar	1.673.136.668,99	3.109.758.829,53	(1.436.622.160,54)	-46,2%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.424.960.098,85	2.820.473.048,54	(1.395.512.949,69)	-49,5%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	248.176.570,14	289.285.780,99	(41.109.210,85)	-14,2%
Pagamento de Restos a Pagar	1.904.015.000,64	1.339.370.811,57	564.644.189,07	42,2%
Pagamento de Restos a Pagar Não Processado	1.620.236.525,97	1.132.824.006,57	487.412.519,40	43,0%
Pagamento de Restos a Pagar Processados	283.778.474,67	206.546.805,00	77.231.669,67	37,4%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa - Registro Contábil das Retenções

O procedimento referente ao registro contábil das retenções efetuadas:

- a) As retenções de naturezas orçamentárias são apropriadas no momento do pagamento ao credor;
- b) As de natureza extraorçamentária são reconhecidas no passivo no momento da liquidação da despesa e baixadas no pagamento da obrigação.

2.5 Demonstração do Fluxo de Caixa

Nota 1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Na composição dos Ingressos e Desembolsos das Atividades Operacionais temos como valores mais expressivos os grupos: Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais que correspondem respectivamente a 47,19% e 47,34%.

Os valores registrados em outros ingressos operacionais e outros desembolsos operacionais são valores que não transitaram pelo orçamento e são referentes a recebimentos e pagamentos extraorçamentários, assim como descrito no item 20 da IPC-08. Encontra-se em aperfeiçoamento a demonstração nestes grupos de movimentos que não representam efetivo ingresso ou desembolso financeiro.

Nota 2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Na composição dos Ingressos e Desembolsos das Atividades de Investimentos temos como valores mais expressivos: Outros Ingressos de Investimentos e Outros Desembolsos de Investimentos que correspondem respectivamente a 93,69% do total das entradas e 100% do total das saídas de caixa.

Para melhor evidenciação das entradas que compõem os ingressos das atividades de Investimento, podemos destacar:

- Outorga Onerosa Plano Diretor no valor de R\$ 209.947.937,53, representando aproximadamente 46,57% do grupo;
- Restituições relativas à devolução de valores não utilizados em convênio, desistência de desapropriação, devolução de recursos AFAC no valor de R\$ 104.429.429,20, representando aproximadamente 23,16% do grupo;
- Recursos de acordos Judiciais no valor de R\$ 72.602.150,00, representando 16,10% do grupo.

Conforme Relatório Consolidado de Execução Orçamentária do sistema SOF e Relatório Execução Orçamentária dos Restos a Pagar, os principais desembolsos das Atividades de Investimentos foram:

Quadro Composição Outros Desembolsos de Investimento

			Em R\$	
Despesas de Capital	Execução Orçamentária 2016	Valores Pagos	%	
Investimentos	Obras e Instalações	1.468.889.231,66	43,27%	
Investimentos	Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica	420.036.897,21	12,37%	
Investimentos	Aquisição de Imóveis	270.195.450,77	7,96%	
Investimentos	Sentenças Judiciais	284.742.040,63	8,39%	
Inversões Financeiras	Aquisição de Produtos para Revenda	14.079.893,49	0,41%	
Inversões Financeiras	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	14.475.561,00	0,43%	
Despesas de Capital	Restos a Pagar 2015	Valores Pagos	%	
Investimentos	Obras e Instalações	521.033.166,38	15,35%	
investimentos	Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica	191.010.919,11	5,63%	
Investimentos	Demais elementos	42.867.712,59	1,26%	
Inversão Financeira	Aquisição de Produtos para Revenda	2.291.625,14	0,07%	
Despesas de Capital	Valor Pagamentos Restos anteriores a 2015	165.448.406,45	4,87%	
Total		3.395.070.904,43	100%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Dentre as despesas com obras e instalações (elemento 51), destacamos: urbanização e melhoria de bairros, construção e instalação do Hospital Municipal de Parelheiros, construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados – CEU.

Nota 3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento – Desembolsos

O grupo Outros Desembolsos de Financiamentos representam a totalidade (100%) dos desembolsos do Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento, compreendendo Amortização da Dívida (elemento 71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado), cabe esclarecer que a classificação deste valor no grupo Outros Desembolsos de Financiamento foi baseada nas Instruções de

Procedimentos Contábeis nº 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, entretanto, já foram solicitadas maiores orientações sobre a confirmação deste procedimento à GENOC - STN (Gerência de Normas e Procedimentos Contábeis) através de e-mail em 09/02/2017, mas, até o presente momento, não obtivemos respostas daquela Gerência.

Nota 4 – Caixa e Equivalente de Caixa Inicial

No exercício de 2015, foi considerado no saldo final de caixa e equivalente de caixa os itens 1.1.3.5 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e 1.1.4 – Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS, em analogia a elaboração do Balanço Financeiro.

Para adequação à Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08 - Metodologia para Elaboração dos Fluxos de Caixa e conforme orientação da Gerência de Normas e Procedimentos Contábeis/STN disposto em e-mail de 29/04/2016, estes itens foram excluídos da composição do saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2016.

2.6 Balanço Orçamentário

Nota 1 - Lei Orçamentária Anual - LOA

Em conformidade à Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 e alterações que estabelecem normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o orçamento consolidado da Prefeitura do Município de São Paulo, para o exercício de 2016, instituído por meio da Lei Municipal nº 16.334/2015 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 54.407.300.347,00 (cinquenta e quatro bilhões, quatrocentos e sete milhões, trezentos mil e trezentos e quarenta e sete reais) e compreende: o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Consolidado referente aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

No exercício de 2016 não houve atualizações monetárias na previsão inicial da receita orçamentária.

Nota 2 – Déficit Orçamentário

Na execução orçamentária consolidada de 2016 as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 47.527.063.233,37 e as despesas empenhadas

R\$ 49.422.518.911,62. O confronto das receitas realizadas com as despesas empenhadas resultou em um déficit orçamentário de R\$ 1.895.455.678,25.

Analisando o déficit orçamentário apurado, verifica-se que a administração direta apresentou resultado superavitário de R\$ 5.913.907.460,36 e a administração indireta um resultado deficitário de R\$ 7.809.363.138,61, abaixo demonstrado:

em R\$			
Execução Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Receitas Realizadas			
Receitas Correntes	42.557.078.044,69	3.574.599.332,03	46.131.677.376,72
Receitas de Capital	1.332.943.659,33	62.442.197,32	1.395.385.856,65
Recursos Arrecadados Exercícios Anteriores	-	-	-
Operações de Crédito/ Refinanciamento	-	-	-
Total	43.890.021.704,02	3.637.041.529,35	47.527.063.233,37
Despesas Empenhadas			
Despesas Correntes	33.105.057.001,73	11.304.452.110,48	44.409.509.112,21
Despesas de Capital	4.871.057.241,93	141.952.557,48	5.013.009.799,41
Reserva de Contingência	-	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-
Amortização da Dívida/Refinanciamento	-	-	-
Total	37.976.114.243,66	11.446.404.667,96	49.422.518.911,62
(=) Superávit / Déficit Orçamentário	5.913.907.460,36	(7.809.363.138,61)	(1.895.455.678,25)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Detalhando por empresa o déficit orçamentário apresentado pela administração indireta, temos a seguinte segregação:

em R\$			
Execução Orçamentária	Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	3.289.053.319,55	7.059.439.001,80	(3.770.385.682,25)
Autoridade Mun. de Limp. Urbana/Fundo Mun. de Limp. Urbana	76.982.298,68	2.193.199.683,85	(2.116.217.385,17)
Autarquia Hospitalar Municipal	5.151.382,44	1.417.771.788,69	(1.412.620.406,25)
Hospital do Servidor Público Municipal	5.971.233,94	297.324.646,92	(291.353.412,98)
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	318.070,64	117.270.288,68	(116.952.218,04)
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	78.649.524,08	130.276.878,24	(51.627.354,16)
Fundo Municipal de Habitação	38.705.069,28	80.109.424,51	(41.404.355,23)
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	3.301.230,51	17.389.164,14	(14.087.933,63)
Serviço Funerário do Município de São Paulo	138.909.400,23	133.623.791,13	5.285.609,10
Total	3.637.041.529,35	11.446.404.667,96	(7.809.363.138,61)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em resumo, das nove empresas que compõem a administração indireta apenas o Serviço Funerário do Município de SP apresentou um resultado superavitário.

Seguem na tabela abaixo as transferências financeiras realizadas para Execução Orçamentária:

em R\$

Entidade	Transferências Financeiras Recebidas	Transferências Financeiras Concedidas
Prefeitura do Município de São Paulo	-	8.575.125.631,60
Hospital do Servidor Público Municipal	289.812.783,52	-
Instituto de Previdência Municipal	3.767.505.207,54	-
Serviço Funerário do Município de São Paulo	2.887.586,11	-
Autarquia Hospitalar Municipal	1.416.288.064,93	-
Autoridade Munic. Limpeza Urbana	2.127.510.958,58	-
Fundação Paulistana de Educ. Tecnologia	16.199.037,48	-
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	116.873.924,09	-
COHAB e FMH	106.639.219,57	13.624.796,75
CMSP e FECAM	525.031.499,60	-
TCMSP e FETCM	220.000.000,00	-
Total	8.588.748.281,42	8.588.750.428,35

Nota: A diferença entre Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas está explicada na Nota 3 do Balanço Financeiro

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 3 – Utilização do Superávit Financeiro

No exercício de 2016 não houve abertura de créditos suplementares advindos de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

Despesa	Orçada (a)	Anulação (b)	Créditos Adicionais Diversos (c)	Créditos Adicionais P/ Superávit Financeiro (d)	Total dos Créditos Autorizados (e) = a+b+c+d
Administração Direta					
Poder Executivo	41.966.593.391,00	(4.850.485.421,93)	4.508.248.357,58	-	41.624.356.326,65
Poder Legislativo	815.738.000,00	(3.347.643,18)	32.080.960,00	-	844.471.316,82
Total	42.782.331.391,00	(4.853.833.065,11)	4.540.329.317,58	-	42.468.827.643,47
Administração Indireta					
Poder Executivo	11.624.968.956,00	(410.412.423,22)	723.916.170,75	-	11.938.472.703,53
Total	11.624.968.956,00	(410.412.423,22)	723.916.170,75	-	11.938.472.703,53
Total	54.407.300.347,00	(5.264.245.488,33)	5.264.245.488,33	-	54.407.300.347,00

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A movimentação entre os orçamentos da administração direta e indireta no valor de R\$ 5.264.245.488,33 decorre de decretos publicados no exercício de 2016 contendo a abertura de créditos adicionais suplementares cobertos com recursos provenientes da anulação de dotações existentes.

Nota 4 - Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As Receitas Intraorçamentárias são classificadas nos grupos - 7.0.0.0.00.00.00.00 Receitas Correntes e 8.0.0.0.00.00.00.00 – Receitas de Capital. Em 2016 essas rubricas alcançaram o montante de R\$ 1.986.273.996,81, segregadas em R\$

1.948.391.213,51 para as receitas correntes (98,09% do total) e R\$ 37.882.783,30 para receitas de capital (1,91% do total), demonstradas a seguir:

Receitas	Orçada (I)	Realizada (II)	Diferença III = (II - I)	em R\$	
				% S/ Total	
Intraorçamentária Corrente	1.958.817.056,00	1.948.391.213,51	(10.425.842,49)	98,09%	
Receitas de Contribuições Intra	1.945.632.135,00	1.915.581.881,02	(30.050.253,98)	96,44%	
Receitas Patrimonial Intra	561.000,00	422.536,59	(138.463,41)	0,02%	
Receitas de Serviços Intra	12.623.921,00	26.927.763,42	14.303.842,42	1,36%	
Transferências Correntes Intra	-	3.105.362,09	3.105.362,09	0,16%	
Outras Receitas Correntes Intra	-	2.353.670,39	2.353.670,39	0,12%	
Intraorçamentária de Capital	98.041.400,00	37.882.783,30	(60.158.616,70)	1,91%	
Transferência de Capital	98.041.400,00	37.882.783,30	(60.158.616,70)	1,91%	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,00%	
Total	2.056.858.456,00	1.986.273.996,81	(70.584.459,19)	100,00%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se nas receitas correntes o valor de R\$ 1.915.581.881,02 corresponde às receitas de contribuições, equivalentes a 96,44% do total arrecadado de receitas intraorçamentárias.

As despesas intraorçamentárias são classificadas na modalidade 91 e no exercício de 2016 apresentaram um total geral de R\$ 1.979.148.914,45, sendo que R\$ 1.943.467.327,72 (98,20%) que se referem às despesas correntes e de R\$ 35.681.586,73 (1,80%) às despesas de capital.

Despesas	Orçada Atualizada (I)	Realizada (II)	Diferença III = (II - I)	em R\$	
				% S/ Total	
Intraorçamentária Corrente	1.952.570.236,88	1.943.467.327,72	(9.102.909,16)	98,20%	
Pessoal e Encargos Sociais - DEA*	688.000,00	275.532,56	(412.467,44)	0,01%	
Obrigações Patronais	1.936.598.104,87	1.930.417.514,34	(6.180.590,53)	97,54%	
Outras Despesas Correntes - DEA*	28.221,31	6.793,29	(21.428,02)	0,00%	
Locação de Mão-de-Obra	543.185,53	543.185,53	-	0,03%	
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	8.000,00	6.206,72	(1.793,28)	0,00%	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	14.704.725,17	12.218.095,28	(2.486.629,89)	0,62%	
Intraorçamentária de Capital	60.257.814,63	35.681.586,73	(24.576.227,90)	1,80%	
Aquisição de Imóveis	51.227.814,63	35.681.586,73	(15.546.227,90)	1,80%	
Obras e Instalações	6.280.000,00	-	(6.280.000,00)	0,00%	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	597.282,61	-	(597.282,61)	0,00%	
Serviços de Consultoria	2.152.717,39	-	(2.152.717,39)	0,00%	
Total	2.012.828.051,51	1.979.148.914,45	(33.679.137,06)	100,00%	

* DEA - Despesas de Exercícios Anteriores

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se nas despesas correntes o valor de R\$ 1.930.417.514,34 correspondente às obrigações patronais, equivalentes a 97,54% do total executado de despesas intraorçamentárias.

Nota 5 – Detalhamento das Despesas Executadas por Crédito Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário

Seguem as informações referentes à execução da despesa orçamentária, detalhadas por grupo de despesa:

em R\$						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Diferença Atualização c = (b - a)	% Variação	Despesas Empenhadas (d)	Diferença Execução e= (d - b)
Despesas Correntes	44.244.313.916,00	46.415.425.230,58	2.171.111.314,58	4,91%	44.409.509.112,21	(2.005.916.118,37)
Pessoal e Encargos Sociais	20.478.213.516,00	20.752.590.968,11	274.377.452,11	1,34%	20.307.324.231,00	(445.266.737,11)
Juros e Encargos da Dívida	1.346.877.499,00	1.270.718.625,41	(76.158.873,59)	-5,65%	1.150.254.175,14	(120.464.450,27)
Outras Despesas Correntes	22.419.222.901,00	24.392.115.637,06	1.972.892.736,06	8,80%	22.951.930.706,07	(1.440.184.930,99)
Despesas de Capital	10.162.984.929,00	7.991.873.614,42	(2.171.111.314,58)	-21,36%	5.013.009.799,41	(2.978.863.815,01)
Investimentos	8.184.405.701,00	5.954.596.340,40	(2.229.809.360,60)	-27,24%	3.023.027.177,56	(2.931.569.162,84)
Inversões Financeiras	46.131.000,00	56.734.999,62	10.603.999,62	22,99%	29.382.476,58	(27.352.523,04)
Amortização da Dívida	1.932.448.228,00	1.980.542.274,40	48.094.046,40	2,49%	1.960.600.145,27	(19.942.129,13)
Reserva de Contingência	1.502,00	1.502,00	-	0,00%	-	(1.502,00)
Total	54.407.300.347,00	54.407.300.347,00	0,00	0,00%	49.422.518.911,62	(4.984.781.435,38)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na comparação da dotação inicial com a atualizada, observa-se uma variação de R\$ 2.171.111.314,58 entre os grupos de contas, destacando-se a redução de 27,24% na dotação inicial dos Investimentos e o aumento de 22,99% em Inversões Financeiras.

A despesa empenhada alcançou o montante de R\$ 49.422.518.911,62, resultando em uma economia orçamentária de R\$ 4.984.781.435,38, se comparada à dotação atualizada de R\$ 54.407.300.347,00.

Nota 6 – Restos a Pagar não Processados Liquidados

Para controle dos restos a pagar não processados liquidados, a prefeitura de São Paulo adota o procedimento de mantê-los neste status, não transferindo o saldo para o status de 'processados'.

Demonstra-se a seguir o comportamento dos restos a pagar não processados, apresentados nos três últimos Balanços Orçamentários:

em R\$

Restos a Pagar Não Processados	Quadro	Quadro	Quadro
	Balanco Orçamentário 2014	Balanco Orçamentário 2015	Balanco Orçamentário 2016
Despesas Correntes	2.728.094,95	3.196.688,52	1.037.446,58
Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.718.094,95	3.196.688,52	1.037.446,58
Despesas de Capital	354.674.461,77	401.491.273,04	5.643.218,15
Investimentos	354.674.461,77	401.491.273,04	5.643.218,15
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
Total	357.402.556,72	404.687.961,56	6.680.664,73

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

3 Ações de Melhoria nos Processos e Sistema

Divulgamos abaixo algumas ações de melhorias nos processos e no sistema que este Departamento de Contadoria tem trabalhado para a contribuição e transparência das informações e eficiência desta Municipalidade.

Inscrição em Restos a Pagar

No exercício de 2016, foi desenvolvida e implementada nova ferramenta no sistema SOF, para fins de cadastramento de Notas de Empenho para Inscrição em Restos a Pagar.

As unidades orçamentárias selecionaram diretamente no sistema SOF o cadastramento das Notas de Empenho com saldo a serem inscritos em restos a pagar, com as devidas justificativas. Até então o procedimento para inscrição em restos se dava por meio de informações encaminhadas fisicamente à Subsecretaria do Tesouro Municipal – SUTEM da Secretaria Municipal da Fazenda, com a indicação dos empenhos a serem inscritos.

Os procedimentos foram normatizados através do Decreto Municipal nº 57.401/2016 que dispôs sobre o encerramento do exercício de 2016, bem como foram disponibilizadas as orientações através no Portal da Secretaria Municipal da Fazenda³.

A nova ferramenta trouxe um resultado positivo, mais celeridade, grande aceitação e adequação ao processo por parte das unidades orçamentárias.

³ http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Manual%20de%20Cadastro%20para%20Inscricao%20em%20Restos%20a%20Pagar_1477681969.pdf

Reserva com Transferência

Em cumprimento às disposições contidas na LOA, e §3º do art.11 do decreto da Execução Orçamentaria/2017 (57.578/2017), a fim de cumprir Programa de Trabalho estabelecido, foi desenvolvida e implementada no Módulo Execução Orçamentária – Sistema SOF nova ferramenta cujo objetivo é a realização de Nota de Reserva Orçamentária com transferência entre empresas (Direta e Indireta). Até então o procedimento possível era a realização de nota de transferência entre órgãos da mesma empresa, ou seja, entre órgãos da Administração Direta.

Manual do ISS

Por meio da portaria SF nº 115/2015 e alterações, foi constituído Grupo de Trabalho para elaboração do Manual do ISS, DISEO/DECON em conjunto com a Subsecretaria da Receita/SUREM, com a finalidade de padronizar os procedimentos relativos à retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, sobre os contratos de prestação de serviços e auxiliar/orientar os profissionais das unidades orçamentárias.

O Manual foi concluído e disponibilizado no portal da Secretaria Municipal da Fazenda⁴.

Tabela de Itens de Despesa

Com intuito de aprimorar os procedimentos contábeis e orientar as unidades orçamentárias, foi executado mais um trabalho de revisão e reclassificação dos códigos de despesa vinculados as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, e atualizada a tabela de itens, Anexo II do Manual da Despesa da Cidade de São Paulo, publicado e disponibilizado no portal SF, Contas Públicas/Manuais e Orientações.

Programas de Parcelamento Incentivado

A contabilização das receitas arrecadadas por meio dos parcelamentos incentivados está em constante aperfeiçoamento, em virtude tanto das melhorias implementadas nos sistemas que controlam a adesão e a arrecadação, quanto das melhorias a serem desenvolvidas no sistema de devoluções de receitas para melhor detalhamento dessas informações.

⁴ http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/SOF%20-%20Manual_de_Retencao_do_ISS_1485451513.pdf

No Processo Administrativo nº 2015-0.272.744-3 foi alcançado o entendimento para alteração na forma de registro dessas receitas. Ficou definido que, a partir do exercício de 2016, tais valores seriam reclassificados, conforme a arrecadação, mensalmente para cada receita de origem que compõe o respectivo parcelamento. No critério utilizado até o exercício de 2015 essa reclassificação era efetuada anualmente apenas no mês de dezembro.

Esta alteração teve a finalidade de:

- 1) Melhorar a qualidade da informação sobre o patrimônio público;
- 2) Evidenciar com maior transparência a arrecadação das receitas públicas; e
- 3) Efetuar os registros tempestiva e oportunamente.

Honorários Advocatícios sobre Parcelas Pagas em Atraso do PPI

Em função da solicitação constante no Processo Administrativo: 2011-0.254.473-2, foram reclassificadas as receitas inicialmente registradas nas diversas origens para receita de honorários advocatícios, tal ação tem como finalidade a contabilização de honorários advocatícios que inicialmente haviam sido registrados como receitas da dívida ativa.

Alterações no Plano de Rubricas de Receitas

Visando a melhoria dos registros contábeis, bem como o atendimento ao Ementário de Receitas editado por STN/SOF (Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal), o Plano de Rubricas de Receitas desta Prefeitura foi revisado para o ano de 2016. As alterações efetuadas podem ser identificadas por meio da Portaria SF nº 209 de 23 de outubro de 2015 e eventuais alterações.

4 Disposições Finais

No relatório do Balanço Geral de 2016 constam todas as informações relativas às análises da gestão patrimonial, financeira, orçamentária e fiscal desta Municipalidade, sendo as Notas Explicativas um complemento e suporte às informações anteriormente apresentadas.

Ressaltamos que as premissas e políticas contábeis relativas aos elementos patrimoniais constam na parte Análise Patrimonial deste Relatório do Balanço Geral de 2016.